



Universidade de Aveiro

2021

**RUI MIGUEL PIRES
MARTINHO**

**DESPORTO E INCLUSÃO SOCIAL:
UMA ANÁLISE DE ORGANIZAÇÕES E
INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E POLÍTICAS
PÚBLICAS DESPORTIVAS**



**Rui Miguel Pires
Martinho**

**Desporto e Inclusão Social:
Uma Análise de Organizações e Instituições Desportivas e
Políticas Públicas Desportivas**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Rodrigues, Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
professor associado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço à minha família todo o apoio incondicional ao longo deste percurso académico.
Obrigado por colocarem a educação dos filhos em primeiro lugar.

palavras-chave

Desporto, Inclusão Social, Organizações e Instituições Desportivas, Políticas Públicas Desportivas.

resumo

O desporto pode ser um meio eficaz de inclusão social. O presente estudo tentou perceber de que modo contribui o desporto para uma sociedade mais inclusiva. No estudo deste problema, foram contextualizadas as organizações e instituições desportivas e políticas públicas desportivas, de que modo interagem neste processo e como se interligam a conceitos como o capital social e o *empowerment*.

O estudo surge na sequência do estágio curricular do mestrado em Ciência Política, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, pertencente à Universidade de Aveiro. O estágio teve lugar no Instituto Português do Desporto e Juventude I.P. de Viana do Castelo, e teve como objetivo o contato direto com organizações e instituições que cooperam e desenvolvem projetos desportivos inclusivos com a instituição.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada como método de recolha de dados. Todos os entrevistados pertencem a organizações e instituições que desenvolvem projetos com o IPDJ.

As principais conclusões permitiram verificar a importância das organizações e instituições desportivas e das políticas públicas desportivas na inclusão social através do desporto. Foi ainda evidenciada a falta de investigação na área.

keywords

Sport, Social Inclusion, Sport Organisations and Institutions, Sports Policy.

abstract

Sport can be an effective instrument of social inclusion. This study tried to understand how sport contributes to a more inclusive society. In the study of this problem, sports organisations and institutions and sports policies were contextualized, in which way they interact in this process and how they connect to concepts such as social capital and empowerment.

The study follows the internship of the master's degree in Political Science, from the Department of Social, Political and Territorial Sciences, belonging to the University of Aveiro. The internship took place at the Portuguese Institute of Sports and Youth I.P. of Viana do Castelo and aimed at direct contact with organisations and institutions that cooperate and develop inclusive sports projects with the institution.

The semi-structured interview was used as a method of data collection. All interviewees belong to organisations and institutions that develop projects with IPDJ.

The main conclusions made it possible to verify the importance of sports organisations and institutions and of sports policies in social inclusion through sport. The lack of research in the area has also been highlighted.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Índice	8
Lista de Abreviaturas	11
PARTE I	12
1.1 Introdução	12
1.1.1 Pertinência	12
1.1.2 Questão Central	13
1.1.3 Estrutura	14
1.2 Enquadramento Teórico	15
1.3 Definição de Desporto	16
1.4 Evolução do Desporto	17
1.5 Desporto, Sociedade e Benefícios	18
1.6 Inclusão e Exclusão Social	19
1.7 Inclusão Social, Capital Social e <i>Empowerment</i>	21
1.8 Organizações e Instituições Desportivas	24
1.9 Políticas Públicas Desportivas e Autarquias	26
1.10 O Desporto em Portugal	28
PARTE II	31
2.1 A Instituição: Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.	31
2.2 Estágio Durante a Pandemia da Covid-19	33
2.3 Missão e Atribuições	33
2.4 Direção Regional do Norte do IPDJ	34
2.5 Desporto para Todos	34
2.6 Descrição das Tarefas na Instituição	35
2.7 Organizações Seleccionadas	36
2.7.1 GAF	37
2.7.2 IRIS	37
2.7.3 Clube de Vela de Viana do Castelo	38
2.7.4 Darque Kayak Clube – Centro de Canoagem	38
2.7.5 Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço	39

2.7.6 Viana Remadores do Lima – Centro de Remo	39
2.7.7 Surf Clube de Viana	39
2.7.8 APPACDM	40
2.8 Os Centros de Mar e o projeto Náutica nas Escolas	40
2.9 Contato com Organizações e Instituições	41
PARTE III	42
3.1 Metodologia	42
3.2 Amostra	43
3.3 Caracterização Sociográfica do Município de Viana do Castelo	44
3.4 Entrevista	45
3.5 Aplicação das Entrevistas	46
3.6 Ordem Cronológica das Entrevistas	46
3.7 Entrevistados	47
3.8 Descrição e Interpretação das Respostas	48
3.8.1 GAF	48
3.8.2 IRIS	49
3.8.3 Clube de Vela de Viana do Castelo	50
3.8.4 Darque Kayak Clube – Centro de Canoagem	51
3.8.5 Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço	53
3.8.6 Viana Remadores do Lima – Centro de Remo	54
3.8.7 Surf Clube de Viana	55
3.8.8 APPACDM	56
PARTE IV	58
4.1 Conclusões	58
4.1.1 Grupos-alvo	59
4.1.2 Cooperação entre Organizações e Instituições	59
4.1.3 Políticas Públicas Desportivas	59
4.1.4 Desporto Escolar	60
4.1.5 Falta de Investigação em Desporto e Inclusão Social	60
4.1.6 Mais-valias dos Projetos	60
4.1.7 Staff	61
4.1.8 Principais Obstáculos	61
4.1.9 Divulgação de Programas e Projetos	61
4.1.10 A Pandemia Covid-19	61

4.2 Recomendações Futuras	63
Bibliografia	64
Anexos	70

Lista de Abreviaturas

CAR - Centro de Alto Rendimento

CMVC - Câmara Municipal de Viana do Castelo

COP - Comité Olímpico de Portugal

CRP - Constituição da República Portuguesa

CVVC - Clube de Vela de Viana do Castelo

DKC - Darque Kayak Clube

ESDL - Escola Superior de Desporto e Lazer

GAF - Gabinete de Apoio à Família

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo

NEE - Necessidades Educativas Especiais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

REAPN - Rede Europeia Anti Pobreza

RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VRL - Viana Remadores do Lima

PARTE I

1.1 Introdução

Segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), o desporto é um direito de todos e o seu acesso tem de ser proporcionado de igual modo, sem qualquer tipo de discriminação, independentemente da origem, raça, etnia, religião, género, deficiência, orientação sexual, ideologia política de cada um. Isto nem sempre acontece.

O desporto apresenta-se como um dos mais importantes fenómenos sociais atuais. Desigualdades sociais fazem com que a oferta desportiva não chegue a todos de igual forma. Os governos unem esforços nesse sentido, tentam criar políticas ajustadas para que as assimetrias sejam minimizadas.

A nível local, as autarquias ou câmaras municipais, são responsáveis por criar e desenvolver programas ajustados a cada cidade. As autarquias devem cooperar com outras organizações e instituições de modo a criarem meios e condições apropriadas ao desenvolvimento e crescimento desportivo.

Em conjunto com as autarquias, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ), desenvolve um conjunto de programas que têm tido um grande impacto no desenvolvimento desportivo. Não só a nível local, como também a nível regional e nacional.

O presente estudo pretende explorar as potencialidades sociais do desporto e perceber de que forma este contribui para a inclusão social dos praticantes excluídos e para uma sociedade mais inclusiva.

1.1.1 Pertinência

Um trabalho científico é criado no sentido de acrescentar conhecimento a um determinado tema, de responder a um certo problema ou questão. Com o aumento das desigualdades sociais, é natural que essas desigualdades igualmente se observem no desporto. Desigualdades essas mais visíveis em grupos excluídos na nossa sociedade. Grupos que por causa de alterações sociais, ao longo do tempo, foram vendo esse acesso ao desporto dificultado ou negado. Após pesquisa no âmbito do desporto e inclusão social, foi evidente a falta de estudos e dados científicos. Em algumas das obras consultadas na realização deste estudo, são vários os autores que dão conta desse mesmo problema. Foi

feita igual pesquisa a nível da oferta desportiva inclusiva na cidade Viana do Castelo e concluiu-se que tem pouca expressão. Este estudo serve para tentar dar resposta a esta problemática, fornecer dados úteis, com fundamentação científica. Achou-se que o estágio numa instituição centrada no desenvolvimento do desporto, com contato direto com organizações e instituições ligadas ao desporto pudesse ajudar a responder a questões desta natureza.

Definido o contributo que o estudo poderá vir a ter, passa-se à questão central do mesmo, aquilo que está na problemática de partida, aquilo a que se pretende dar resposta.

1.1.2 Questão Central

De que modo contribui o desporto para a inclusão social?

A questão inclui subquestões:

1. De que modo contribuem as organizações e instituições para o desenvolvimento desportivo?
2. A cooperação entre organizações e instituições ajuda a desenvolver a inclusão social através do desporto?
3. As políticas públicas desportivas locais são adequadas às necessidades?

Na linha de raciocínio das questões formuladas, definem-se como linhas de força do estudo tentar perceber o impacto social do desporto; aprofundar o conceito de inclusão social no desporto; aprofundar o conhecimento sobre o papel das organizações e instituições no desporto; analisar o impacto das políticas públicas desportivas.

Estas são as questões que o presente estudo se propõe responder. O facto de o estágio curricular de mestrado ser realizado no IPDJ, fez com que o trabalho realizado no dia-a-dia da instituição fosse observado. Durante essa observação foi visível o imenso volume de trabalho desenvolvido com outras organizações e instituições e de que modo essa cooperação afeta o desporto a nível local. Ora, aproveitando essa cooperação, foram selecionadas e contactadas uma série de organizações e instituições da cidade de Viana do Castelo. O objetivo foi o de obter informação que poderá dar resposta às questões acima formuladas. Através do contato direto com dirigentes e responsáveis de organizações desportivas da cidade, procurou-se analisar o papel e importância dessas organizações, assim como observar o trabalho inclusivo desenvolvido. Procurou-se ainda perceber as mais-valias de cada projeto, assim como as carências, as falhas e as situações que se

podem constituir como obstáculos ao funcionamento e desenvolvimento do desporto inclusivo a nível local.

É importante deixar claro que o desporto enfrenta uma série de dificuldades, mas é no desporto inclusivo onde estas dificuldades são mais acentuadas.

1.1.3 Estrutura

Com o objetivo de responder às questões acima mencionadas, este estudo passou a ser organizado do seguinte modo:

Parte I – Fundamentação teórica que é a base do estudo. Reúne uma extensa pesquisa dos dois conceitos-chave deste estudo: desporto e inclusão social. A estes dois conceitos interligam-se vários, dos quais foram selecionados outros dois: o capital social e o *empowerment*. Analisa-se também o papel das organizações e instituições desportivas, o impacto das políticas públicas desportivas e faz-se um pequeno resumo de estado do desporto em Portugal, suportado por dados estatísticos.

Parte II – O estágio no IPDJ. Depois de pesquisados os conceitos principais, procurou-se descrever o que foi feito na instituição ao longo dos cerca de oito meses de estágio. É descrita a instituição e o trabalho realizado, dando especial atenção ao programa *Desporto para Todos*, como se selecionaram as organizações a observar, para serem estabelecidos os contatos e os procedimentos usados na recolha da informação pretendida.

Parte III – A metodologia. Foi avaliada a opção metodológica mais adequada para a recolha da informação pretendida: a entrevista semiestruturada. É feita a descrição da amostra, a elaboração do guião de entrevista, a aplicação da mesma, a recolha de dados e discussão dos resultados.

A terminar, apresentam-se as principais conclusões e um conjunto de recomendações futuras e a bibliografia consultada.

1.2 Enquadramento Teórico

O desporto ocupa um lugar de destaque nas sociedades atuais. Tem cada vez mais impacto no dia-a-dia das pessoas, ajuda a moldar as sociedades que são cada vez mais globais. Como todas as outras áreas, vai sofrendo transformações ao longo do tempo, não é imutável, desenvolve-se a par da sociedade onde está inserido.

O desporto é um fenómeno social e multidimensional, interligado a diversas áreas que constituem as sociedades: a economia, a política, a cultura, a saúde, a história, a ciência, só para enumerar algumas.

Num mundo cada vez mais global, com a crescente cooperação entre países, com o multilateralismo, vão surgindo barreiras e problemáticas que necessitam resposta. O desporto não é exceção. Da mesma forma que a sociedade atravessa crises, o desporto depara-se com as mesmas ameaças. Estão de tal modo interligados que as problemáticas de um, são inevitavelmente problemáticas do outro.

Segundo o Livro Branco Sobre o Desporto (Comissão Europeia, 2007), o desporto no mundo globalizado afirma-se como uma componente essencial das sociedades modernas e é, ele próprio, um fator de modernização que se reflete na vida dos indivíduos e das comunidades. É também um fator reconhecido de capital social enquanto promotor de redes, normas e relações de confiança e responsabilidade que mobilizam os indivíduos na prossecução de objetivos partilhados. A prática desportiva é um veículo de integração e mobilidade social, como tem sido comprovado em sociedades com acentuadas assimetrias socioeconómicas e diversidade cultural, ou que, por diversas causas, atravessam períodos subseqüentes a uma degradação significativa das suas condições de vida.

O desporto é um campo de inclusão, aberto a todos os que queiram e possam participar sem discriminação de idade, género, capacidades ou limitações de ordem física ou psíquica, reconhecendo a cada um o direito de exprimir o seu potencial de performance (Comissão Europeia, 2007).

Na sua página oficial, a UNESCO realça o papel dos jovens na resolução dos problemas com os quais as sociedades, cada vez mais globais, se vão deparando. A organização trabalha com os governos, de forma a dotar os jovens com ferramentas que lhes permitam

participar no desenvolvimento das sociedades, erradicando a pobreza e desigualdade e promovendo uma cultura de paz¹.

O desporto é visto como uma ferramenta-chave no desenvolvimento dos jovens. A atividade física, a educação física e o desporto contribuem para o desenvolvimento de capacidades que transmitem valores como o trabalho e espírito de equipa, a solidariedade, o respeito. Todos estes se tornam cruciais na construção de sociedades coesas e pacíficas.

1.3 Definição de Desporto

O que é o desporto? São vários os autores consultados durante esta investigação que se apoiam na definição da Carta Europeia do Desporto (Conselho Europeu, 2001), O documento define desporto como “todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm como objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”.

Liponski (2005) e os mais de cem investigadores envolvidos na elaboração de *L'Encyclopédie des Sports* definiram desporto como uma forma de atividade humana (algumas vezes aliada ao esforço de animais ou ao emprego de veículos ou aparelhos diversos), cujo resultado é mais determinado pelo esforço físico que pelo intelectual.

É importante estabelecer a diferença entre desporto e atividade física. Segundo Barata (1997), a atividade física pode compreender-se como tudo o que implique movimento, força ou manutenção da postura corporal contra a gravidade e se traduz num consumo de energia. O desporto, por seu lado, implica regras, jogo, competição, mesmo que seja só de lazer ou recreação (Lima, 2011).

O desporto pode ser um grande promotor no que diz respeito à socialização e desenvolvimento do espírito competitivo e entretajuda dos seus praticantes. O desporto aproxima as pessoas, as culturas, as nações. Os seus principais valores, senão os mais importantes, são o *fair play*, o respeito, a igualdade. As pessoas, por vezes parte de grupos marginalizados, adquirem um sentimento de pertença, de identidade, de fazer parte de um grupo, não são colocadas de lado. Uma das principais características do desporto é a participação. Pessoas que se juntam para jogar ou praticar. O desporto quebra barreiras e cria pontes onde existem limites e pode ser entendido apesar de barreiras linguísticas,

¹ <https://en.unesco.org/themes/sport-and-anti-doping>

culturais ou religiosas que muitas vezes dividem as sociedades. Surge como meio de combate às problemáticas da vida em sociedade. Para além disso, funciona como ferramenta que facilita a inclusão de grupos muitas vezes marginalizados ou que enfrentam dificuldades específicas. Empodera mulheres e raparigas, cria comunidades para os recém-chegados a um novo país e a nova realidade, ajuda a integrar grupos marginalizados pertencentes a uma comunidade. O desporto cria um sentimento de inclusão na sociedade, independentemente da idade, orientação sexual, género, necessidades educativas especiais ou deficiência, religião, etnia, situação económico-social em que se está inserido.

1.4 Evolução do Desporto

O Desporto emanou do jogo e acompanhou, ainda que com sobressaltos, o desenvolvimento civilizacional da Humanidade. Isto é, ao princípio era o jogo, simples e primitivo, com regras elementares, evidentemente não escritas. Os jogos passavam, por tradição, de geração em geração, nasciam de ações instintivas ou inspiravam-se em factos da vida corrente dos tempos mais recuados da história do homem (Ferreira, 2004).

No decorrer do tempo, o Homem foi inventando jogos e desportos, como meios de conviver com os seus semelhantes, para demonstrar habilidades, proezas e destrezas de índole física e, também, para divertimento de outrem, provocando, por vezes, estados de exaltação (Ferreira, 2004).

Marivoet (1997) observa que a industrialização, sobretudo nas sociedades inglesa e francesa, introduziu novos valores nas práticas físicas. O desporto, como hábito cultural, deixa de ser praticado por uma aristocracia burguesa, que assegurava a sua reprodução através de instituição escolar, para passar a ser igualmente uma prática das classes trabalhadores operárias, inseridas em organizações associativas constituídas para acolher e desenvolver uma prática desportiva regular.

Elias e Dunning (1986), dois teóricos de referência na Sociologia do Desporto, inserem o desporto no processo civilizacional. Consideram que a sociedade industrial é marcada por uma forte rotina quotidiana, onde o desporto surge como um espaço de libertação dos estados emocionais, quebrando a rotina do dia-a-dia num clima de excitação agradável e busca de prazer.

Muitos dos desportos que são praticados nos dias de hoje de forma padronizada em quase todos os locais do mundo tiveram assim a sua origem em Inglaterra e eram inicialmente

um privilégio da alta burguesia, tendo por isso um carácter elitista. Dada a grande influência que essa nação teve, o termo *sport* foi adotado internacionalmente para designar todas as modalidades modernas de competição lúdica, tornando aos poucos o desporto acessível às outras classes sociais ampliando e diversificando o seu significado social (Sousa, 2012).

Numa abordagem mais recente, Cáceres (2020) defende que a evolução do desporto moderno é produto de um processo de transformação de jogos e passatempos, que se tornou uma das mais significativas expressões culturais dos nossos dias. Ocupa um lugar proeminente na indústria do entretenimento, mas coexiste no dia-a-dia de todos. Tornou-se um fenómeno social multidimensional no qual interagem inúmeros agentes sociais, que se envolvem em várias áreas da vida. Não só tem vindo a ganhar a atenção de todos, como marca de forma acentuada uma posição na agenda política dos estados. O conceito é hoje visto como um agente em constante desenvolvimento.

1.5 Desporto, Sociedade e Benefícios

Para além de contribuir para uma sociedade mais justa, mais coesa, mais inclusiva, a prática desportiva contribui para a melhoria física e mental. Carvalho (2008), apresenta dois tipos de fatores que influenciam a prática desportiva: os gerais e os específicos. Entre os gerais, refere-se à necessidade de uma maior relação social, o autoconhecimento, a autoafirmação, o experimentar novas atividades e sensações. Já nos específicos, a prevenção para a saúde, manutenção e melhoria da condição física, a procura na atividade física de novos valores sociais e sexuais que imperam na sociedade atual (beleza, desenvolvimento corporal, entre outros), necessidade de relaxação e recuperação das tensões acumuladas durante o trabalho (Carvalho, 2008).

Fazendo referência ao Livro Branco sobre o Desporto (2007), a falta de atividade física favorece a ocorrência de excesso de peso, de obesidade e de algumas patologias crónicas, como as doenças cardiovasculares e a diabetes, que diminuem a qualidade de vida, põem em risco as vidas dos indivíduos e sobrecarregam os orçamentos da saúde e a economia. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 30 minutos diários de atividade física moderada (que inclui, mas não se limita ao desporto) para os adultos e de 60 minutos para as crianças. Os poderes públicos e as organizações privadas dos Estados Membros unem esforços e contribuem para a prossecução deste objetivo. Para

além dos benefícios a nível social, são visíveis as melhorias a nível da saúde e bem-estar geral das pessoas.

Lima (2011) considera que o desporto é um veículo universalmente reconhecido de aproximação entre os povos. Constitui-se como um código de comunicação tão espontâneo como eficaz, potencialmente mobilizador do desenvolvimento da afetividade, expressividade, disciplina, criação de valores éticos e estéticos, hábitos de higiene, entre outros. As características da atividade desportiva, seja ela de carácter competitivo ou não, favorecem o aparecimento de uma forma rápida e consistente de comportamentos ajustados socialmente, tanto no seio da própria atividade como fora dela, para além de desencadearem um ajustamento de comportamentos e rotinas de vida nos membros dos agregados familiares dos praticantes.

1.6 Inclusão e Exclusão Social

Como evidenciado atrás, regista-se um consenso alargado quanto aos benefícios do desporto. Relativamente à sua capacidade inclusiva, o desporto pode ser uma ferramenta importante na tentativa de combater as diferenças sociais e prevenir a exclusão social. É importante perceber os conceitos e como se ligam entre si. A exclusão pode levar a uma situação de pobreza, sendo a sua erradicação uma das principais missões dos estados e, concomitantemente, das políticas públicas.

Nas sociedades modernas e capitalistas, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente revelantes (habitação, saúde, lazer). Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade (Rodrigues et al. 1999).

Na mesma linha de raciocínio, Pereirinha (1992), define o conceito de pobreza, como uma das dimensões da exclusão social, que é definida por uma situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõem para satisfazer as necessidades mínimas.

Quando nos referimos a pobreza, podem ser observadas várias dimensões do conceito. Destacam-se a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Segundo estudo da REAPN (2009), o conceito de pobreza absoluta sugere pobreza severa, pobreza extrema, ou seja, um estado mais profundo de pobreza. Este conceito baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos,

bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho, entre outros). A pobreza absoluta refere-se a uma situação em que certos standards mínimos de vida (tais como a nutrição, educação, saúde ou habitação) não são alcançados, enquanto o conceito de pobreza relativa remete para a análise da pobreza face aos padrões gerais da sociedade em que se está inserido.

Segundo o Relatório Conjunto Sobre a Inclusão Social (Comissão Europeia, 2003), a exclusão social é o processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente, em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação. Este facto distancia-os de oportunidades de emprego, rendimento e educação, bem como das redes e atividades sociais e das comunidades. Têm pouco acesso a organismos de poder e decisão e sentem-se, por esse motivo, impotentes e incapazes de assumir o controlo das decisões que afetam as suas vidas quotidianas. No mesmo documento (Comissão Europeia, 2003), a inclusão social é entendida como um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegura-lhes, pois, uma participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais.

Segundo o *The World Bank*², a inclusão social define-se pelo sentimento de pertença que um indivíduo ou um grupo têm na sociedade onde estão inseridos. Passa por ser aceite por todos nessas comunidades, de ocupar cargos de valor e de participar ativamente nelas. Haudenhuyse (2017), define a exclusão social como um processo complexo e multidimensional. Envolve a falta de recursos, direitos, bens ou serviços e a impossibilidade de participação nas relações e atividades disponíveis à maioria das pessoas de uma determinada sociedade, podendo ser económicas, sociais, culturais ou políticas. Refere a noção de *deep exclusion* (exclusão profunda), resultando em severas consequências na qualidade de vida, bem-estar e as chances de um futuro melhor.

Para Levitas et al. (2007), a exclusão social é entendida como um processo, enquanto a inclusão social é normalmente conceptualizada como uma condição desejável, um

² <https://www.worldbank.org/en/what-we-do>

resultado, que pode ser gerido e corrigido através de intervenções. Intervenções estas que podem ter como base o desporto.

1.7 Inclusão Social, Capital Social e *Empowerment*

Como tem vindo a ser observado, o desporto é assumido como um meio de promoção da inclusão social e, assim, como uma ferramenta determinante no combate à pobreza e à exclusão.

O desporto contribui de forma importante para a coesão económica e social e para uma maior integração na sociedade. Todas as pessoas devem ter acesso ao desporto de igual forma. Por conseguinte, há que ter em conta as necessidades e as situações específicas dos grupos sub-representados e o papel especial que o desporto pode representar para os jovens, para as pessoas com deficiência, para os mais desfavorecidos. O desporto pode igualmente facilitar a integração na sociedade dos migrantes e das pessoas de origem estrangeira e promover o diálogo intercultural. O desporto diz respeito a todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, idade, deficiência, religião, convicções e orientação sexual, bem como do meio social ou económico de origem (Comissão Europeia, 2007).

O desporto é um espaço promotor de capital social, onde as pessoas mais desfavorecidas podem adquirir poder, que pode ter sido perdido em processos de exclusão social. Esse empoderamento é vital para diminuir as desigualdades sociais e criar sociedades mais fortes (Comissão Europeia, 2007).

Para Marivoet (2016), a inclusão social no desporto é a existência real de igualdade de oportunidades no seu acesso. A autora entende que deve existir uma promoção da prática desportiva generalizada, com a presença de pessoas tendencialmente excluídas na sociedade no exercício das atividades dirigentes e técnicas, i.e., que não seja exercida discriminação no acesso à prática, cargos ou funções profissionais no desporto, por motivos raciais, étnicos, religiosos, deficiência, género, orientação sexual, classe social ou outros.

As elites, em termos gerais, partem em vantagem no acesso às oportunidades. Isto é igualmente visível no desporto. Hoje em dia, classes que outrora viam o acesso a certas oportunidades como inatingíveis, classes tendencialmente mais baixas, sem recursos, sem qualificações e outros entraves socioeconómicos, conseguem ter acesso às mesmas oportunidades, pelo simples facto de praticarem desporto (Nicholson e Hoye, 2008).

No âmbito desta discussão, importa considerar dois novos conceitos: Capital Social e *Empowerment*. É importante clarificar como se relacionam com os conceitos centrais do presente estudo.

A teoria de capital social de Bourdieu (1980, 1985) identificou que as redes de relações sociais, permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e à quantidade e qualidade de recursos desse grupo. Segundo Bourdieu, as relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a uns determinados grupos não advêm apenas da partilha das relações objetivas ou do mesmo espaço socioeconómico, mas também das trocas materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação pressupõe o reconhecimento dessa proximidade. Ora os clubes ou organizações desportivas apresentam-se, justamente, como espaços de criação de redes sociais produtoras de capital social, tal como acontece em outras esferas da vida social, como a família, a escola, a igreja, etc. É, pois, através destas redes sociais que o indivíduo adquire sentimentos de pertença, de fazer parte da sociedade, e por isso de inclusão. Bourdieu salienta os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante a participação em grupos ou redes sociais, nomeadamente a capacidade de o capital social ser transformado em capital cultural ou capital económico, sendo que no caso das práticas desportivas poderíamos acrescentar o capital corporal (Pociello, 1987), e ainda o capital desportivo (Marivoet, 1997 a/b), aumentando-se assim as possibilidades de *empowerment* (Pinto, 2011). Neste contexto, o desporto apresenta-se como um espaço promotor de recursos geradores de inclusão social (Marivoet, 2016).

Como observado por Marivoet (2016), a primeira análise contemporânea e sistemática do conceito de capital social foi desenvolvida por Pierre Bourdieu, que o definiu como o conjunto de recursos que estão vinculados a uma rede mais ou menos durável e institucionalizada de pessoas (Bourdieu, 1985). O volume de capital social que um indivíduo dispõe depende das relações que ele cultiva e do volume de capitais – económicos, culturais e simbólicos – em posse dos membros dessa rede (Nascimento et al. 2018).

Apesar dos múltiplos sentidos atribuídos ao termo capital social, todas as definições consentem que o envolvimento e o relacionamento em grupos podem trazer consequências positivas aos indivíduos (Nascimento et al. 2018).

Deste modo, o desporto tem um impacto positivo na vida dos participantes, envolvendo relações com membros da equipa, com treinadores, com dirigentes, entre outros. Podem aqui estabelecer-se pontes que estimulam intercâmbios a vários níveis.

São vários os autores que têm vindo a estudar as características sociais do desporto. Nicholson e Hoye (2008), concluíram que vários estudos realizados no Estados Unidos da América ao longo dos anos, forneceram dados teóricos e empíricos que ajudam a comprovar a noção de que a prática desportiva serve como um meio eficaz de prevenção da delinquência e de comportamentos desviantes. Os mesmos autores (Nicholson e Hoye, 2008), admitem o papel fundamental do desporto em promover a integração social e a participação cívica. Os autores, citando Burt (2000), reconhecem que as “pessoas de sucesso”, estão de alguma forma mais bem relacionadas, que quanto maiores forem as suas conexões, melhor estarão a nível emocional, social, psicológico e económico. Referem-se ainda ao desporto como meio vital de benefício social e “empoderador” dos mais desfavorecidos.

O empoderamento, do inglês *empowerment*, traduz-se em dar, delegar, ceder ou transferir poder a alguém. O termo possui uma série de significados, aplicados em diversas áreas. Aparece em áreas como a gestão e administração, onde os gestores delegam uma série de funções às hierarquias mais baixas das empresas, para que se crie mais autonomia entre elas, tornando o processo mais eficiente, na medida em que o tempo pode ser aproveitado em outros aspetos do ciclo das empresas. O conceito de *empowerment* que este estudo pretende refletir é direcionado para a sua dimensão social, em particular na sua ligação à prática desportiva. De que modo a prática desportiva ajuda classes “desempoderadas” a ganhar poder, devido a uma série de transformações sociais e, como pode a sociedade beneficiar com isso.

Trata-se genericamente, de aumentar o poder dos grupos sociais oprimidos ou discriminados e socialmente “desempoderados”. Ganha consistência nos desenvolvimentos sociopolíticos que enfatizam a emancipação dos indivíduos como cidadãos ativos e na defesa dos direitos humanos, integrando as evidências de opressão e desvalorização social presentes na nossa sociedade (Rosado e Pereira, 2015).

Para Perkins e Zimmerman (1995), são inúmeras as definições de *empowerment*. Porém, todos os autores consideram que o conceito é um processo contínuo centrado na comunidade, envolvendo o respeito mútuo, a reflexão crítica e a participação, através da qual pessoas com falta de recursos ganham acesso a estes e passam a controlá-los (Cornell Empowerment Group, 1989) ou simplesmente um processo em que as pessoas ganham controlo sobre as suas vidas e na participação democrática da vida das suas comunidades (Rappaport, 1987), e ainda, uma compreensão crítica acerca do que os rodeia (Zimmerman et al. 1992).

O empoderamento é um combate contra a ausência de voz, procurando a consciencialização individual/grupal e coletiva/comunitária dos problemas sociais, a criação de iniciativas de base individual e comunitária, no sentido da emancipação, da liberdade e da autonomização dos indivíduos relativamente às determinantes estruturais, às conjunturas e práticas sociais, culturais, económicas e políticas vistas como injustas, opressivas e discriminatórias (Rosado e Pereira, 2015). Através do processo de transferência ou cedência do poder, o empoderamento visa a cidadania plena de todos, entre os quais os socialmente mais excluídos. Representa um combate às desigualdades e desvantagens sociais (Rosado e Pereira, 2015).

1.8 Organizações e Instituições Desportivas

Azevedo (2014), admite que é importante o estudo das organizações enquanto entidades sociais de desenvolvimento das capacidades humanas e como agentes fundamentais da mudança e da evolução, ou seja, enquanto verdadeiras instituições.

Sousa (2012), admite que no que concerne ao contexto do Desporto, a chave da sua evolução baseia-se, entre outros fatores, no estudo das instituições, na medida em que estas são as facilitadoras ou inibidoras do desenvolvimento que, quando devidamente compreendido, significa a diferença entre o sucesso e o insucesso dos investimentos em Desporto. Para que haja entendimento do Desporto, urge compreender as bases onde este assenta, neste caso, o quadro institucional estático e dinâmico das organizações desportivas a que denominamos grau de institucionalização.

Segundo Montana (2003, p. 170), organizar é o “processo de reunir recursos físicos e humanos essenciais à consecução dos objetivos de uma empresa”, enquanto que, para Bilhim (2006, p. 11), “a organização é uma entidade social, conscientemente coordenada, gozando de fronteiras delimitadas que funcionam numa base relativamente contínua, tendo em vista a realização de objetivos comuns”. No caso específico da organização desportiva, Slack (1997, p. 5) considera uma organização desportiva como “entidade social envolvida na indústria do Desporto, orientada por objetivos, com um sistema de atividade conscienciosamente estruturado e uma fronteira relativamente identificável”. A organização, segundo o mesmo autor (Slack, 1997), visa ser uma entidade social, cujo poder reside na quantidade e qualidade de interações existentes no seio dos seus membros, possibilitando uma intenção direcionada para o Desporto e seu respetivo

desenvolvimento, para o qual comungam a estrutura e sistema de atividades conscientes e delimitados pelo contexto envolvente (Azevedo, 2014).

Deve clarificar-se que organizações e instituições são por vezes confundidos. Azevedo dá nota da relação dos conceitos através de referência a North (1991), baseado na sua própria definição, argumenta que as instituições e organizações são entidades distintas, isto é, a forma como as organizações são criadas e se desenvolvem é condicionada pelas normas e regras da sociedade, ou seja, pelas suas instituições (Azevedo, 2014).

Muitas das organizações ligadas ao desporto seguem um modelo de gestão próprio: a Gestão Desportiva. A Gestão Desportiva, como qualquer outro modelo de gestão, trata essencialmente de decisões, rotinas, processos e práticas eficazes; existe para solucionar problemas pela aplicação de teorias e ferramentas de gestão já sistematizadas em outras áreas do conhecimento, agora adaptadas à realidade do mundo multidisciplinar e dinâmico do desporto (Lopes, 2017).

A partir de 25 de abril de 1974, processou-se uma distribuição de funções e competências do Estado e, nesta matéria, por três níveis diferenciados: a administração central, regional e local. A descentralização tem sido nos últimos quarenta anos o grande fator de gestão no desporto nacional (Lopes, 2017).

Passou-se de um conceito de grande centralismo e controlo de todo o processo por uma única entidade, a Direção Geral, ligada ao Ministério da Educação, para uma dispersão por diversos níveis, enfatizando o papel dos governos regionais e das autarquias locais, que assim ganharam um protagonismo crescente (Lopes, 2017).

O mesmo autor admite a importância das organizações e instituições trabalharem em conjunto. As escolas são parte deste conjunto de organizações e instituições, com o reconhecido papel que o desporto na escola pode desenvolver na formação dos jovens. As autarquias exigem uma maior interligação e complementaridade entre o desporto escolar e o desporto federado. Procuram o reforço de colaboração entre escolas e clubes desportivos, coordenado pelas autarquias locais (estruturas políticas de maior proximidade de ambas) (Lopes, 2017).

Registe-se, assim, o consenso alargado existente na literatura quanto ao papel das organizações e instituições desportivas, as quais funcionam como agentes determinantes no desenvolvimento geral do desporto. A cooperação entre todas essas organizações e instituições facilita processos e ajuda à mudança, ao desenvolvimento, à evolução.

Neste sentido, para se chegar ao desenvolvimento e evolução do desporto como meio de inclusão social, torna-se fundamental estudar as organizações, contactá-las, perceber como

funcionam, com que problemas se debatem, o que precisa ser mudado, ao mesmo tempo que se estabelece esta relação com as políticas públicas desportivas.

1.9 Políticas Públicas Desportivas e Autarquias

Segundo Januário (2010), o Estado deve garantir o correto funcionamento do desporto no país, criando normas nesse sentido. O crescimento da atividade desportiva de um país implica regulamentação, tornando-se indispensável que o Estado ponha o selo da autoridade pública em normas e em decisões que dela carecem para ganharem relevância jurídica na sociedade (Januário, 2010).

O artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (Cultura Física e Desporto) consagra que:

1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Como observado anteriormente, as autarquias locais surgem como instituição que desenvolve o desporto a nível local, impactando diretamente as políticas públicas desportivas. A expressão “autarquias locais” ocorreu oficialmente, por via da Constituição de 1933 e depois do Código Administrativo de 1936 e significa, hoje, não mais do que a faculdade de exercer poderes de autoridade administrativa equiparados ao Estado (Moreira, 2003).

A Constituição da República Portuguesa determina que a organização democrática do Estado compreende a existência das autarquias locais definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (Januário, 2010).

A partir deste entendimento, estão presentes na definição das políticas públicas desportivas municipais e revelam-se fundamentais no erigir do fenómeno desportivo (Januário, 2010).

Para Joaquim (2009), a confiança colocada nas autarquias como a grande estratégia para o desenvolvimento desportivo é enorme, na medida em que, segundo Constantino (1999), o princípio constitucional que fornece ao estado a responsabilidade de fomentar e estimular a prática desportiva, leva a que as autarquias assumam um lugar estratégico na realização desta aspiração. Na perspetiva de Carvalho (2003) e de acordo com a legislação

existente, a atuação das autarquias passa, em particular, pela construção de infraestruturas desportivas, a organização de atividades dos clubes, o desenvolvimento de atividades desportivas nas escolas e a organização de grandes eventos desportivos. Cunha (1997) considera que as autarquias possuem a capacidade de gerir processos de desenvolvimento desportivo na sua área administrativa. Na mesma perspetiva, Pires (1993) defende que o setor do desporto autárquico se assume como o setor do futuro, uma vez que desfruta de todas as capacidades para desenvolver autênticos projetos a nível do sistema desportivo. Segundo Carvalho (2008), as autarquias assumem um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva de um concelho, tanto na criação de condições infraestruturais como, mais recentemente, na prestação direta de serviços desportivos. Embora não sendo polémica a importância das autarquias no processo de desenvolvimento desportivo, é consideravelmente polémico o posicionamento destas no amplo espaço de intervenção que constitui o desporto, sobretudo como agente promotor e ou colaborador na promoção de serviços de desporto. Para Constantino (1990), não basta à autarquia criar condições e formas de acesso, para que as respetivas populações tenham onde e como praticar desporto. É indispensável garantir uma adequada qualidade no exercício dessa prática.

Na opinião de Januário et al. (2010), o município deve procurar saber as necessidades individuais de prática desportiva; deve ainda avaliar as necessidades sociais de fomento e desenvolvimento desportivo; o município deve ainda perceber as necessidades da própria organização (autarquia) em responder à procura desportiva

A nível local, as políticas direcionadas para o desporto são, segundo vários autores divididas em dois grupos: o desporto de elite e o desporto para todos (Januário et al. 2010) No que diz respeito ao entendimento das políticas públicas municipais e respetivas estratégias de desenvolvimento desportivo, têm prevalecido dois modelos: um, baseado na competição e no espetáculo (elite), em que o desporto é tratado como objeto de consumo e o município como mero consumidor (espectador); outro, baseado numa prática dirigida a todos (ou de base), supostamente capaz de responder às necessidades de qualquer munícipe (Januário et al. 2010).

As políticas públicas desportivas assumem grande relevância no desenvolvimento do desporto e da interação entre organizações e instituições, assegurando ainda a sua regulação e correto funcionamento. O Estado surge como o poder central, mas é delegado poder às autarquias que o exercem a nível regional e local. A par deste poder de decisão e regulamentação surge o IPDJ. A instituição tem um papel determinante na promoção

da atividade desportiva, na criação de programas e iniciativas que desenvolvem o desporto.

O estudo aqui apresentado pretende, entre outras coisas, perceber o papel do IPDJ no desenvolvimento do desporto, no caso específico da cidade de Viana do Castelo. Tendo em conta o raio de ação da instituição, a relação com outras organizações e instituições da cidade, procura-se perceber como estas cooperam entre si, que programas desenvolvem, a quem se destinam os programas, o que é feito a nível de desporto inclusivo. Perceber como estas relações se formam e em que políticas desportivas se apoiam é de grande importância.

1.10 O Desporto em Portugal

Em 2021, o Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibilizou a primeira edição de um estudo que reúne alguns dados estatísticos sobre o desporto em Portugal (Desporto em Números 2020) (INE, 2021). O documento dá conta do papel das autarquias na promoção e financiamento do desporto em Portugal: “Em 2019, as câmaras municipais afetaram 320,3 milhões de euros às atividades e equipamentos desportivos (+10,2% do que em 2018), representando 3,7% do total da despesa dos municípios. O financiamento do IPDJ às federações desportivas atingiu 45,9 milhões de euros em 2019 (+5,3% do que no ano anterior). A alta competição destacou-se com 45,2% do total do financiamento, superando o apoio às atividades desportivas em 2019” (INE, 2021, p. 27). Se por um lado tem havido um aumento das verbas para apoios ao desporto, por outro, a participação da população continua baixa: “cerca de 2/3 da população com 15 e mais anos não praticou qualquer exercício físico (65,6%), sendo aquela proporção maior para as mulheres e crescente com a idade. 40,3% dos mais jovens (15 a 24 anos) e mais de metade (57,5%) no grupo etário imediatamente a seguir (25 a 34 anos) não praticaram exercício físico em 2019. Em comparação com 2014 verificou-se um aumento de 0,7 na proporção da população que não praticou qualquer exercício físico numa semana normal, o qual foi observado apenas para os homens (+2,4%). A percentagem de pessoas com 15 e mais anos que indicaram ter praticado exercício físico pelo menos uma vez por semana diminuiu entre 2014 e 2019, de 35,0% para 32,6%. Esta diminuição ocorreu para os grupos etários dos 25 aos 34 anos e dos 55 aos 64 anos. Por seu turno nos grupos etários dos 45 aos 54 anos e dos 65 e mais anos a proporção aumentou. No grupo etário dos mais

jovens (15-24 anos) e dos 35 aos 44 anos assistiu-se a uma estabilização” (INE, 2021, p. 31).

O parágrafo anterior ajuda a perceber o papel das autarquias e do IPDJ no panorama desportivo nacional. De salientar que dados relativos ao desporto inclusivo são praticamente inexistentes.

O Comité Olímpico de Portugal (COP) elaborou o estudo “Valorizar e Afirmar Socialmente o Desporto – Um Desígnio Nacional” (COP, 2015), no qual enumera uma série de problemas que têm contribuído para o reduzido crescimento do desporto em Portugal. De destacar, fatores de suporte (económicos, financeiros, fiscais e organizacionais) que têm vindo a sofrer degradações sucessivas e falhas de articulação entre os diversos agentes desportivos, a desvalorização da prática desportiva e o não aproveitamento do contributo social e económico que o desporto pode ter na comunidade. Na mesma linha do que tem vindo a ser observado neste estudo, é destacada a importância do papel das políticas desportivas, como sendo nuclear, em especial no que releva a importância de uma educação física e desportiva nas escolas e a sua interdependência com os níveis elementares do sistema desportivo, tornando visível que o desporto continua a não ser objeto de estudo e investigação científica como seria necessário (COP, 2015).

Estes dados revelam que há ainda muito trabalho a desenvolver em Portugal. Para chegarmos a níveis observados em alguns dos nossos vizinhos europeus, têm de ser tomadas medidas a todos os níveis. É então de extrema importância que as organizações locais cooperem entre si. Tal só poderá acontecer com legislação e regulamentação apropriada. Devem ser analisadas as falhas, as carências, as debilidades e ajustá-las à realidade. O trabalho social que pode ser desenvolvido através do desporto é significativo. Os resultados só irão aparecer a longo prazo.

A revisão bibliográfica feita até aqui demonstra que o papel das organizações e instituições são determinantes na evolução do desporto em Portugal. Neste sentido, o estágio no IPDJ pode ajudar a detetar problemas e ajudar a dar-lhes resposta. O contato direto com instituições parceiras, com a finalidade de perceber as mais-valias, os pontos fracos dos projetos e o trabalho desenvolvido a nível inclusivo, pode fornecer informação de grande importância.

A revisão bibliográfica que até aqui foi feita, comprova os benefícios do desporto. O desporto é um fator de modernização nas sociedades, tornando-as mais coesas e pacíficas. O desporto ajuda a aproximar as pessoas, as culturas, as nações. Cria pontes onde existem

barreiras. Está presente no dia-a-dia de todos e ajuda à melhoria de saúde dos seus praticantes. Promove valores como o trabalho, o espírito de equipa, o respeito, a solidariedade. Está diretamente ligado a processos de inclusão social, ajudando a reduzir a pobreza e assimetrias sociais. Cria relações entre as pessoas e grupos que promovem o capital social e empodera os seus praticantes.

Estudar o desporto, os conceitos ao qual este se liga, compreender o papel das organizações e das políticas desportivas é, assim, essencial.

PARTE II

2.1 A Instituição: Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

O estágio numa instituição visa proporcionar uma experiência onde se desenvolvem uma série de competências como o trabalho de equipa, a liderança, a adaptabilidade, entre outras. Todas elas são importantes para enriquecimento do estagiário e do seu *Curriculum Vitae*. Por outro lado, é uma forma de mostrar que as instituições procuram inovar e apoiar a comunidade científica. O estágio teve o objetivo do desenvolvimento de um conjunto de competências num contexto de instituição ou entidade pública, bem como aprofundamento dos temas centrais já referenciados: desporto e inclusão social.

O IPDJ é uma entidade reguladora do desporto, sendo a esta entidade que as federações e organizações oficiais desportivas prestam contas. Este organismo tem autonomia administrativa e financeira e património próprio. Tem delegações regionais abrangendo todo o território nacional e insular (Camacho, 2018).

Dada a importância dos conceitos-chave desenvolvidos no capítulo anterior, o estágio no IPDJ foi, desde logo, uma das escolhas principais. A escolha do IPDJ de Viana do Castelo deveu-se ao facto de ser a cidade da qual sou natural, havendo, portanto, um contato próximo com essa realidade.

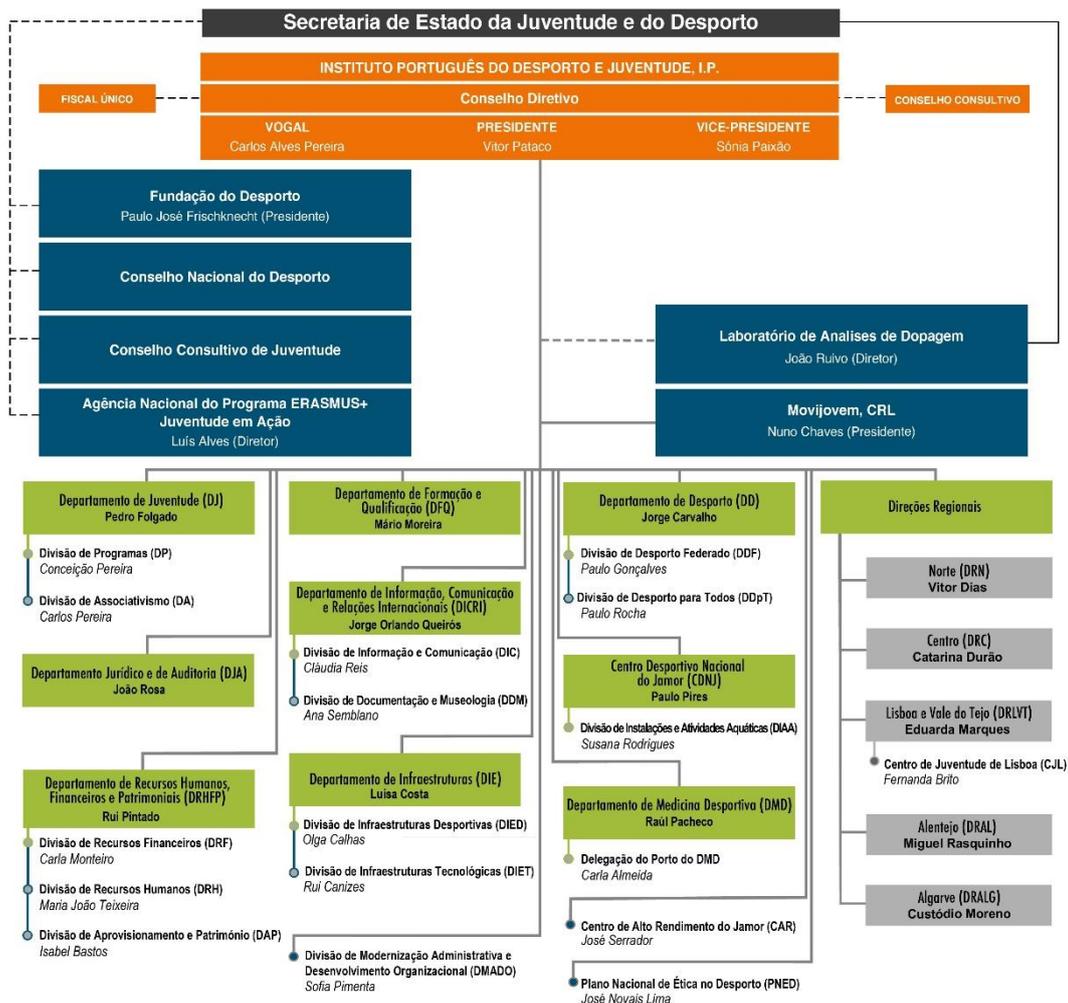


Figura 1 - Estrutura Organizacional do IPDJ

2.2 Estágio Durante a Pandemia da Covid-19

O estágio que levou à elaboração deste relatório teve início a 28 de outubro de 2020 e terminou a 14 de junho de 2021. Foi, portanto, realizado em plena pandemia Covid-19. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o vírus surgiu em Portugal semanas depois de ter atingido os países vizinhos. O primeiro caso de Covid-19 foi registado a 2 de março de 2020. A 12 de março, o governo anunciou uma série de medidas com o objetivo de conter a pandemia. Proibiram-se deslocações não essenciais e ajuntamentos, houve o encerramento dos espaços não considerados de serviços ou de venda de bens essenciais, restringiram-se as movimentações fronteiriças e os voos. Uma semana depois, a 19 de março, foi declarado o estado de emergência, que viria a terminar a 2 de maio³. Em janeiro e fevereiro, foram batidos recordes a nível de casos e mortes, porém a situação foi melhorando nos meses seguintes. O IPDJ adaptou-se às restrições impostas pelo governo e o estágio sofreu várias interrupções. As organizações com as quais a instituição coopera e desenvolve projetos foram afetadas da mesma forma. Serve este subcapítulo para clarificar como se desenvolveu o estágio durante a pandemia e como esta impactou o contato com as organizações alvo do estudo.

2.3 Missão e Atribuições

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

Segundo a página oficial do IPDJ⁴, a instituição intervém na definição, execução e avaliação da política pública do desporto, promovendo a generalização do desporto, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros. A preservação da ética no desporto é ainda um dos escopos essenciais do IPDJ. Ao mesmo tempo, a instituição procura apoiar e promover o associativismo e o voluntariado, promovendo a cidadania, a informação e a educação não formal.⁵

³ Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho

⁴ <https://ipdj.gov.pt/>

⁵ <https://ipdj.gov.pt/missao-e-atribuicao>

2.4 Direção Regional do Norte do IPDJ

A Direção Regional do Norte do IPDJ tem como principal objetivo promover o desporto a nível regional e local em parceria com diversas entidades públicas e privadas. O trabalho é feito através de uma série de programas e parcerias, onde é procurado aumentar a participação social dos jovens, ao mesmo tempo que se desenvolve a atividade física junto da população.

A sede da Direção Regional do Norte está localizada na cidade do Porto. Num modelo único a nível nacional, encontra-se também a Casa do Desporto. À Direção Regional do Norte incluem-se as sedes com os serviços nos distritos de Braga, Bragança, Vila Real e Viana do Castelo.

A região norte tem cerca de um terço da população portuguesa (3,6 milhões aproximadamente), contando com um total de 86 municípios e 1426 freguesias. Nesta região estão localizadas algumas das cidades com a população mais jovem do país e, paralelamente, existem milhares de clubes e associações desportivas, através dos quais se desenvolvem alguns dos mais importantes eventos a nível nacional e internacional.⁶

2.5 Desporto para Todos

O estágio na instituição proporcionou um contato direto com os programas desenvolvidos pelo IPDJ e com alguns desses responsáveis. Desde logo, foi destacado o programa *Desporto para Todos*, quer pela importância para a instituição, quer pela relevância para o estudo. Por esses motivos, achou-se importante fazer uma descrição detalhada do programa, pois ajuda a perceber a dimensão do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no desporto e inclusão social. O *Desporto para Todos* é um projeto desenvolvido pelo IPDJ que apoia e promove a prática desportiva e, por inerência, a atividade física junto de todos os segmentos da população.

Segundo a página oficial do IPDJ⁷, a amplitude das áreas setoriais que o *Desporto para Todos* envolve, tais como o próprio setor do Desporto, a Juventude, a Educação, a Saúde, o Trabalho, a Solidariedade e a Segurança Social, o Ambiente, os Transportes, o Turismo, o Mar, o Urbanismo e a Organização do Território, incorpora objetivos e metas que

⁶ <https://ipdj.gov.pt/direção-regional-do-norte>

⁷ <https://ipdj.gov.pt/desporto-para-todos>

assentam em 3 grandes pilares de estrutura multidimensional: o desenvolvimento desportivo em interligação com os restantes setores, a educação e a formação para e pelo desporto e a promoção da saúde.

O quadro de desenvolvimento integra os diferentes contextos sociais que envolvem a prática das diferentes atividades desportivas, configurando-se como um meio privilegiado de inclusão e integração social, de transmissão de valores estruturantes, regras e conceitos, de desenvolvimento pessoal, social, económico e cultural da nossa sociedade. Os objetivos do programa *Desporto para Todos* vão ao encontro da temática do presente estudo, tendo tido, portanto, um impacto significativo na composição do mesmo. Os objetivos são vários, sendo de destacar a promoção da inclusão e integração social; a criação de igualdade de oportunidades no acesso à prática desportiva; aumentar a participação desportiva em geral; promover a prática desportiva de pessoas com NEE; combater o sedentarismo, doenças cardio e cerebrovasculares, diabetes, cancro, doenças respiratórias, entre outras; promover a cultura e o desenvolvimento desportivo em Portugal; observar o impacto das políticas públicas no setor desportivo e de saúde pública; aumentar a informação pública sobre os benefícios do desporto⁸.

2.6 Descrição das Tarefas na Instituição

Iniciou-se o estágio e começou-se, de imediato, a elaborar o plano de trabalho⁹. Este plano foi criado tendo em conta a temática do estudo e conforme as indicações da instituição de acolhimento. Conheceu-se a instituição, o espaço, a equipa, as áreas de ação, parceiros e programas desenvolvidos. A integração foi imediata, sendo de registar ainda a possibilidade de participação em alguns workshops e iniciativas desenvolvidas pela instituição. Ao mesmo tempo, começou-se a pesquisar o material disponível para elaboração da parte teórica. Conhecidos os projetos, foi feita uma seleção dos que poderiam ser mais úteis ao estudo. Assim que a construção do enquadramento teórico foi avançando, começaram a ser delineados os objetivos do estudo, a questão central de investigação, a definição dos métodos de recolha de informação e como esta iria ser recolhida.

Foi dada especial atenção a programas desportivos inclusivos desenvolvidos no passado e às instituições parceiras desses mesmos. Foram escolhidas as instituições cujos eventos

⁸ <https://ipdj.gov.pt/desporto-para-todos>

⁹ Plano de Trabalho em anexo

e/ou programas tiveram boa adesão por parte da comunidade ou parcerias com algum tempo de trabalho desenvolvido.

De realçar o impacto do programa *Desporto para Todos*, mencionado no subcapítulo anterior, no decorrer do trabalho. Foi uma ferramenta útil ao ajudar a perceber como se desenvolvem parcerias, contatos entre organizações e instituições, como se desenrolam os eventos, como é o dia-a-dia das pessoas que estão focadas neste tipo de programas, que ajudam a promover a inclusão social através do desporto.

Numa fase mais avançada do estágio, começou a definir-se a estrutura do estudo. Foi decidido que o método de recolha de dados seria através do uso da entrevista a pessoas que participam em projetos desportivos inclusivos, na cidade de Viana do Castelo. Começaram a ser selecionadas organizações a contactar e, em alguns casos, houve uma visita às instalações das mesmas com o intuito de ser percebido e observado o trabalho realizado.

2.7 Organizações Selecionadas

Foi feito um levantamento de grande parte dos projetos desportivos inclusivos com os quais o IPDJ tem vindo a cooperar. Começou a fazer-se uma pré-seleção das organizações que cooperaram com o IPDJ para, posteriormente, se perceber as que seriam mais relevantes para o estudo. Tentou identificar-se que projetos tinham tido resultados positivos na comunidade, ao mesmo tempo que houve um foco nas pessoas que ajudaram a concebê-los e desenvolvê-los.

A Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC) foi importante nesta seleção. Através de uma série de contatos telefónicos e reuniões, sempre em conjunto com o IPDJ, conseguiu-se reunir informação acerca dos principais projetos desportivos inclusivos desenvolvidos na cidade.

Terminada esta fase de primeiros contatos e análise de programas desportivos inclusivos, foram oito as organizações e instituições selecionadas para contato e recolha de informação:

- Gabinete de Apoio à Família (GAF)
- IRIS Inclusiva – Associação de Cegos e Amblíopes
- Clube de Vela de Viana do Castelo

- Darque Kayak Clube – Centro de Canoagem
- Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço
- Viana Remadores do Lima – Centro de Remo
- Centro de Alto Rendimento de Surf – Surf Clube de Viana
- APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

2.7.1 GAF

O Gabinete Social de Atendimento à Família (GAF) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e foi criada em maio de 1994 no âmbito do Ano Internacional da Família.

Tem como objetivo responder às problemáticas que geram a exclusão, focando-se nas dimensões da "família" e tenta dar resposta a problemáticas que lhe são associadas.

Segundo o website da instituição, o GAF adota uma estratégia de intervenção multidisciplinar, individualizada e multidimensional, pautando a sua ação/intervenção de modo a contribuir para a (re)inserção social e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida de grupos socialmente desinseridos e/ou economicamente desfavorecidos, numa tentativa de contrariar e minimizar o impacto de fatores geradores de exclusão, promovendo a igualdade de oportunidades¹⁰.

Este trabalho interventivo de cariz social está na origem da criação da instituição. Grande parte do trabalho desenvolvido dá-se em conjunto com outras instituições, como é o caso do IPDJ.

2.7.2 IRIS

A IRIS é uma IPSS que tem como objetivo ajudar à integração social de pessoas cegas e de baixa visão¹¹. São desenvolvidos um vasto conjunto de projetos, desportivos e não só, alguns dos quais o IPDJ faz parte. A instituição pretende intervir em processos que aumentam a autonomia das pessoas com problemas visuais, promovendo, ao mesmo tempo, a sua inclusão.

¹⁰ <https://www.gaf.pt/pt>

¹¹ <https://irisinclusiva.pt/>

2.7.3 Clube de Vela de Viana do Castelo

O Clube de Vela de Viana do Castelo (CVVC) foi fundado em outubro de 1975 e foi criado com o objetivo de os praticantes de vela desenvolverem a modalidade na cidade. O clube pretende ensinar a arte de velejar e ensinar as pessoas a lidarem com os barcos, com o rio e com o mar. O clube ficou com a responsabilidade de gerir o Centro de Mar (Vela), que foi criado em 2013¹².

Desenvolvem várias competições nacionais e internacionais, incluindo campeonatos europeus e mundiais, assim como a participação no programa *Náutica nas Escolas*, onde a modalidade faz parte do plano curricular dos alunos do agrupamento de várias escolas da cidade.

Desenvolveram no passado uma série de parcerias com o IPDJ, entre as quais se destaca a prática de vela adaptada.

2.7.4 Darque Kayak Clube – Centro de Canoagem

A Darque Kayak Clube (DKC) é uma associação RNAJ (Registo Nacional do Associativismo Jovem) criada em abril de 1994. Começou com instalações pequenas e com poucos meios, tendo crescido com o apoio de instituições como por exemplo a CMVC.

A partir de setembro de 2013, passou a sediar-se no Centro de Mar (Canoagem), promovendo a cidade através do já mencionado programa *Náutica nas Escolas*.

Apoia-se numa filosofia de "canoagem ao longo da vida", onde desenvolvem a prática da modalidade a nível de competição, mas também de lazer ou recreação.

Aposta no desenvolvimento sustentável, na defesa do ambiente, no ecoturismo, na promoção da região, bem como no apoio a grupos excluídos socialmente¹³.

Tem apostado na prática desportiva adaptada e foi, neste sentido, foi uma das organizações selecionadas para o estudo.

¹² <http://www.clubevelaviana.com/>

¹³ <https://darquekc.wixsite.com/darquekc/o-clube>

2.7.5 Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço

A Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço (EDSL) pertence ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), que conta com seis polos académicos no total. Foi inaugurada em 2013 e está situada num complexo desportivo, onde se situa também o Centro de Estágios de Melgaço¹⁴.

A escolha da instituição deveu-se ao facto de desenvolver uma série de programas desportivos onde pessoas de grupos sociais excluídos são integradas, mas por ser também uma instituição de ensino superior e poder apresentar uma perspetiva distinta das restantes organizações e instituições selecionadas.

2.7.6 Viana Remadores do Lima – Centro de Remo

O Viana Remadores do Lima (VRL) é o clube desportivo de remo de Viana do Castelo e foi fundado em março de 2012. Usa o Centro de Remo de Viana do Castelo (Centro de Mar) desde junho de 2013. É uma associação sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo fomentar a ligação ao mar e à natureza através da prática do remo¹⁵.

Esta prática tem vários níveis, como são o caso da competição, o lazer, a manutenção e atividade física no geral.

A associação desenvolve uma série de parcerias, programas e competições onde é promovida a inclusão social através da prática desportiva, nomeadamente o remo adaptado.

2.7.7 Surf Clube de Viana

O Surf Clube de Viana, fundado em 1989, foi a primeira escola de surf de Portugal. É uma associação desportiva sem fins lucrativos, que visa promover a prática do surf e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos sustentáveis e o contato com os recursos naturais da cidade de Viana do Castelo¹⁶. Está sediado no Centro de Alto Rendimento de Surf (Centro de Mar).

¹⁴ <https://www.ipvc.pt/esdl/>

¹⁵ <http://www.vianaremadoresdolima.pt/>

¹⁶ <http://www.surfviana.com>

O clube desenvolve uma série de atividades desportivas inclusivas, sendo o surf adaptado aquela que mais impacto causa na comunidade.

2.7.8 APPACDM

A APPACDM de Viana do Castelo (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) é uma associação que promove a inclusão do cidadão com deficiência mental. Desenvolve as suas atividades na cidade de Viana do Castelo desde 1972. A associação visa dar resposta social às pessoas com este tipo de necessidades educativas especiais¹⁷.

Promove uma série de programas desportivos e projetos, que têm vindo a ter um impacto positivo na cidade. São várias as modalidades que, em cooperação com clubes desportivos da cidade Viana do Castelo, têm vindo a ser praticadas pelos seus membros. O IPDJ pode ajudar a desenvolver vários tipos de iniciativas, cada vez mais frequentes. A associação foi escolhida neste sentido, mas também pelo raio de ação que possui.

2.8 Os Centros de Mar e o projeto Náutica nas Escolas

Segundo a página oficial da CMVC, o Centro de Alto Rendimento (CAR) de Surf, o Centro de Canoagem, o Centro de Remo e o Centro de Vela foram criados para promover as atividades náuticas na cidade de Viana do Castelo. Estes equipamentos integram o projeto âncora *Centro de Mar*, que se assume como uma aposta no desenvolvimento da náutica de recreio e dos desportos náuticos enquanto componentes relevantes para o reforço da posição de Viana do Castelo como uma “Cidade da Náutica do Atlântico”¹⁸.

As condições naturais de rio e de mar foram importantes para que se fosse valorizado o conhecimento marítimo vianense, envolvendo os alunos do ensino básico na introdução de uma nova cultura do mar através das aprendizagens dos desportos náuticos. O projeto *Náutica nas Escolas* baseia-se no programa de Educação Física para o Ensino Básico, respeitando as progressões pedagógicas indicadas para as diferentes modalidades. A prática das atividades náuticas, desenvolve-se durante o ano letivo, de acordo com o

¹⁷ <https://www.appacdm-viana.pt/>

¹⁸ <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/equipamentos-nauticos>

projeto de cada escola. As sessões decorrem com o grupo/turma, o professor titular da instituição de ensino e o professor/técnico dos clubes dos diferentes desportos náuticos¹⁹.

2.9 Contato com Organizações e Instituições

Como podemos observar mais acima, todas as organizações e instituições selecionadas são parceiras do IPDJ em um ou mais projetos ou cooperaram de alguma forma no passado. Projetos desportivos inclusivos, mas não só. De salientar que se estabeleceram contatos com outras organizações ou instituições, tendo algumas sido visitadas. Porém, por variados motivos, não foram selecionadas para o estudo. Houve por vezes demora na resposta à participação no estudo e, em alguns casos, a resposta foi inexistente. A pandemia da Covid-19 restringiu e limitou alguns processos.

Com o enquadramento teórico desenvolvido e com a própria evolução do estágio, os objetivos começaram a ser delineados, optando-se pela realização de entrevistas para a recolha de informação. Começou a ser preparado um guião de entrevista e, assim que se chegou a uma primeira versão, começaram a ser estabelecidos novos contatos com as organizações e instituições, numa tentativa de explicar os objetivos do trabalho e fazer a marcação da entrevista. Este processo foi longo, operacionalizado através de contatos telefónicos, emails e deslocações às sedes das organizações.

Depois destes procedimentos, foi escolhida por cada organização a pessoa mais indicada a participar da entrevista, que foi contactada para marcação do dia, hora e local onde esta viria a decorrer.

A parte final do estágio foi constituída pela condução das entrevistas, o apontamento das principais ideias de cada resposta e, por fim, analisou-se toda essa informação.

De notar, mais uma vez, que a pandemia da Covid-19 foi uma grande condicionante neste processo. As fortes restrições, a redução do staff na maioria dos locais de trabalho e, por vezes, o encerramento total das instalações, tornaram impossível a visita a alguns espaços, a participação em programas ou observação de vários projetos. Isto limitou a escolha final das organizações e instituições do presente estudo.

¹⁹ Boletim da CMVC

PARTE III

3.1 Metodologia

Este capítulo descreve a metodologia e todo o processo de recolha de informação. Como mencionado anteriormente, numa primeira fase foram planeados e definidos os objetivos do estudo. Depois de avaliados os recursos disponíveis pela instituição de acolhimento e de acordo com os interesses da mesma, decidiu-se fazer o levantamento de organizações e instituições que desenvolvem projetos desportivos inclusivos na cidade de Viana do Castelo. Posteriormente, selecionaram-se as que se achou poderem oferecer a informação mais relevante para o estudo. Tendo em conta o reduzido número de organizações, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa.

Cada método exige um conjunto de procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisa que guiarão o pesquisador na sua recolha e análise dos dados e informações. Este procedimento de análise define-se por ser de natureza qualitativa ou quantitativa (Sá et al, 2021).

Com base em Januário (2010), provavelmente nada põe tão bem em evidência a diferença entre métodos quantitativos e métodos qualitativos como as diferentes lógicas que estão subjacentes às técnicas de amostragem. Enquanto a investigação quantitativa tem por base amostras de maiores dimensões selecionadas aleatoriamente, a investigação qualitativa, focaliza-se em amostras relativamente pequenas, ou mesmo casos únicos, selecionados intencionalmente.

Batista et al. (2017) afirmam que quanto à sua funcionalidade, a pesquisa qualitativa propõe-se a investigar dados descritivos de uma situação ou fenómeno, envolvendo o contato direto do pesquisador com a situação estudada. Essa enfatiza o processo ou a forma como ocorre o fenómeno e preocupa-se em captar a perspectiva daqueles que participam da pesquisa.

Selecionado o tipo de pesquisa mais adequado, passou-se à técnica mais apropriada: a entrevista. Segundo Aires (2011), entrevista é uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e compreensão do ser humano. Adota uma grande variedade de usos e uma grande multiplicidade de formas que vão da mais comum (a entrevista individual falada) à entrevista de grupo, ou mesmo às entrevistas mediatizadas pelo correio, telefone ou computador.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas qualitativas. O uso da entrevista surgiu com a necessidade de recolher informação detalhada junto dos responsáveis de cada uma das organizações selecionadas. Essa informação é de difícil obtenção quando apenas se observa o desenvolver normal das atividades.

Na opinião de Sá et al. (2021), o objetivo principal (da entrevista) consiste em fornecer ao investigador informação detalhada e profunda sobre determinadas percepções ou representações em relação a um dado tópico ou realidade social, de forma a contribuir para a compreensão de concepções, sentidos e significados que os sujeitos possam atribuir às suas ações.

Por uma questão de clareza deve fazer-se a distinção entre entrevista e questionário. Batista et al. (2017) defendem que entrevista e questionário são técnicas distintas, diferentes entre si. As entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno número e que se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes.

O questionário por sua vez é composto por questões fechadas, onde o respondente escolhe uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista (Gil, 2008).

Se comparada com o questionário a entrevista apresenta certas vantagens: não exige que o participante saiba ler e escrever; possibilita a obtenção de maior número de respostas e ainda, existe maior resistência para responder a um questionário do que ser entrevistado (Silva, 2006).

Existem vários tipos de entrevista, porém tendo em conta as necessidades optou-se pela entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista aplica-se predominantemente nos estudos de carácter qualitativo e o seu objetivo básico consiste na recolha e aprofundamento de informação sobre acontecimentos, dinâmicas, concepções detetadas, ou não, durante a observação (Aires, 2011).

A presente pesquisa é então de carácter qualitativo e usa a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados.

3.2 Amostra

Para aplicação da entrevista é necessário seleccionar a amostra. Para Aires (2011), a seleção da amostra adquire nesta metodologia (qualitativa) um sentido muito particular: tem por objetivos obter a máxima informação possível para a fundamentação do projeto de pesquisa e criar uma teoria, baseando-se, ao contrário da amostra quantitativa, em

critérios pragmáticos e teóricos. Por isso, em vez da uniformidade, a amostra na investigação qualitativa procura a máxima variação.

Aires (2011), defende ainda que a perspetiva de amostragem é intencional porque os sujeitos que a constituem não são escolhidos ao acaso: o investigador seleciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos.

Foram selecionados diferentes tipos de organizações: clubes desportivos, algumas IPSS e uma instituição do ensino superior. Isto surgiu no sentido de obter diferentes pontos de vista, diferentes tipos de projetos, diferentes grupos-alvo, obter visões diferentes.

O universo de análise presente neste estudo são organizações e instituições situadas na cidade de Viana do Castelo. Como explicado no capítulo anterior, todas elas desenvolvem atividades desportivas inclusivas e cooperam com a instituição de acolhimento. Foram selecionadas um total de oito, todas pertencentes ao concelho de Viana do Castelo, exceto a ESDL que pertence ao concelho de Melgaço, concelho este do distrito de Viana do Castelo. A ESDL faz parte do IPVC.



Figura 2 – Concelhos de Viana do Castelo

3.3 Caraterização Sociográfica do Município de Viana do Castelo

A cidade de Viana do Castelo é sede de concelho e capital de distrito. O distrito é limitado a norte e este pela Espanha, a sul pelo distrito de Braga e a oeste pelo oceano Atlântico.

Conta com 10 concelhos: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo. Em 2019, o concelho de Viana do Castelo contava com uma população residente de 84527²⁰, espalhadas por uma área de cerca de 319 km² que agrega um total de 27 freguesias.

As condições geográficas da cidade, nomeadamente a proximidade do mar, fez com que as atividades ligadas ao mar ganhassem relevo na prática desportiva da cidade. Dados relativos a 2010, mostram que a despesa da CMVC em desporto e cultura 11,7% em relação aos gastos gerais, quando a nível nacional era de 10%²¹. Houve um forte investimento que fez aumentar a oferta desportiva na cidade e, ao mesmo tempo, os projetos desportivos inclusivos, que estão em evidência no presente estudo. Foram selecionados, neste sentido, os quatro *Centros de Mar* da cidade para a participação do estudo.

3.4 Entrevista

Definido o tipo de pesquisa, técnica a utilizar e feita a caracterização da amostra, foi elaborado um guião de entrevista ajustado à organização onde foi aplicado. Foi aplicado a dirigentes de organizações e técnicos especializados que desenvolvem projetos desportivos inclusivos nas organizações selecionadas. A versão final do guião da entrevista²² ficou constituída por sete questões base:

- I – Com que grupos de pessoas desenvolvem atividades desportivas inclusivas?
- II – Quais são as mais-valias do(s) vosso(s) projeto(s) inclusivo(s)?
- III – Quais são os principais obstáculos que enfrentam no desenvolvimento dessas atividades?
- IV – A divulgação dos programas desportivos inclusivos locais é apropriada?
- V – Com que organizações e/ou instituições cooperam e desenvolvem atividades desportivas inclusivas?
- VI – Qual a perceção que têm de políticas públicas desportivas a nível local?
- VII – Como se têm desenvolvido as atividades em tempos de pandemia?

²⁰ <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Viana+do+Castelo-252541>

²¹ <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Viana+do+Castelo-253419>

²² Guião de Entrevista em anexo

Todas as entrevistas foram presenciais, sem uso de gravação áudio ou vídeo, onde foi pretendido anotar as ideias principais.

3.5 Aplicação das Entrevistas

Todas as entrevistas foram seguidas de um primeiro contato com a organização. Depois de explicados os objetivos do estudo, foi dado o seguimento pela própria organização, que selecionou a pessoa mais indicada a participar da mesma. Houve uma prévia conversa com o entrevistado via telefone, no sentido de criar um clima mais favorável à realização da entrevista. Foi ainda enviada por email a declaração²³ emitida pela universidade, que garantiu o correto uso de todos os dados fornecidos.

3.6 Ordem Cronológica das Entrevistas

Gabinete de Apoio à Família – 31 de maio de 2021, pelas 14:30 horas no gabinete da instituição, com a duração de 62 minutos.

IRIS Inclusiva – 1 de junho de 2021, pelas 15:00 horas no gabinete da instituição, com a duração de 35 minutos.

Clube de Vela de Viana do Castelo – 2 de junho de 2021, pelas 15:00 horas, na sede do clube com a duração de 34 minutos.

Darque Kayak Clube, Centro de Canoagem – 7 de junho de 2021, pelas 18:30, na sede do clube com a duração de 65 minutos.

ESDL Escola Superior de Desporto e Lazer, IPVC Instituto Politécnico de Viana do Castelo – 8 de junho de 2021, pelas 9:00 horas, na sede do IPVC em Viana do Castelo com a duração de 23 minutos.

Viana Remadores do Lima, Centro de Remo de Viana do Castelo – 9 de junho de 2021, pelas 15:00 horas, na sede do clube em Viana do Castelo com a duração de 30 minutos.

Centro de Alto Rendimento de Surf – Surf Clube de Viana – 9 de junho de 2021, pelas 16:30 horas, na sede do centro em Viana do Castelo com a duração de 39 minutos.

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – 11 de junho de 2021, pelas 14:15 horas, na sede da APPACDM em Areosa, Viana do Castelo com a duração de 40 minutos.

²³ Declaração da Universidade de Aveiro para o uso de entrevista como método de recolha de dados em anexo

3.7 Entrevistados

Posição ou cargo exercido pelos entrevistados nas organizações selecionadas:

GAF – Coordenador Técnico / Gestor de Projeto.

IRIS – Coordenador de Projeto.

Clube de Vela – Vice-presidente.

Clube de Canoagem – Presidente da Direção.

ESDL – Diretor.

Clube de Remo – Diretor Técnico.

Surf Clube de Viana – Presidente da Direção.

APPACDM – Diretor Pedagógico.

Todos possuem pelos menos uma licenciatura, têm idades compreendidas entre os 41 e os 63 anos, todos praticaram desporto federado ou de competição em alguma altura das suas vidas. Todos os entrevistados são do sexo masculino.

3.8 Descrição e Interpretação das Respostas

3.8.1 GAF

Questão I

O GAF desenvolve programas desportivos inclusivos, entre os quais os *Generation Games*²⁴ e oficinas lúdico-pedagógicas, em cooperação com outras instituições e organizações. Não há um grupo-alvo específico, podendo tanto ser crianças e jovens de risco, como idosos ou pessoas com necessidades educativas especiais (NEE²⁵). Tenta-se ainda chegar a minorias, reclusos e promover a igualdade de géneros.

Questão II

Através de programas como os acima mencionados, tenta beneficiar-se a comunidade através de eventos onde é promovida a diversidade. Pretende dar-se visibilidade às instituições e parceiros: atividades desportivas inclusivas partilhadas por todos.

Questão III

Admite-se existirem verbas suficientes, staff adequado, instalações de topo, contudo há fraca adesão por parte da comunidade. É evidenciada uma “inércia das partes”.

Questão IV

Há bons meios de divulgação, eventos e ações suficientes, porém é repetida a falta de adesão por parte da comunidade.

Questão V

É enaltecido o papel da CMVC a nível de verbas, eventos, informação, apoio, entre outros. É um dos principais parceiros da associação. Esta coopera ainda com APPACDM, ACAPO, IRIS, IPDJ, entre outras. Há um trabalho em rede onde se considera haver mais vantagens do que desvantagens. É sublinhado que as instituições têm diferentes formas de trabalhar, o que por vezes condiciona o trabalho.

Questão VI

²⁴ Os *Generation Games* são um evento desportivo que assenta num princípio simples: pessoas a praticar desporto juntas, inspirando-se mutuamente. A iniciativa, criada na Holanda em 2012, tem vindo a espalhar-se pelo mundo, e já foi realizada em diversos países. A primeira edição portuguesa ocorreu em Viana do Castelo, em 2017, num esforço conjunto do Gabinete de Atendimento à Família e do Município, em parceria com várias instituições locais. Tem como objetivo promover a atividade física, o desporto, a cooperação, a educação e a saúde, considerando sempre uma perspetiva de coesão e inclusão social. Fonte: <https://www.gaf.pt/pt/projetos/generationgames>

²⁵ O conceito de NEE surge pela primeira vez, em 1978, com o relatório *Warnock*. Este refere-se ao ensino ministrado em classes especiais ou unidades de ensino para crianças com determinados tipos de deficiência, abrangendo também a noção de qualquer forma adicional de ajuda desde o nascimento até à maturidade para superar a dificuldade educacional, o que não acontecia antes da implementação deste documento (Machado, 2012). O termo NEE neste estudo refere-se a qualquer tipo de incapacidade ou deficiência, física ou mental.

Viana do Castelo tem condições geográficas privilegiadas (rio e mar) e os recursos têm sido bem aproveitados pela autarquia, porém acredita-se que as políticas direcionadas para o desporto devem tentar “educar públicos” e só assim haverá mais e melhores resultados. Há infraestruturas desportivas bem equipadas em todas as freguesias, mas continua a haver verbas mal direcionadas. É dado o exemplo do futebol, que recebe mais apoios e mediatismo do que o resto das modalidades. Defende-se ainda uma reestruturação do desporto escolar, pois traz pouca dinâmica ao panorama desportivo local, bem como uma maior aposta nas escolas e na formação a nível desportivo.

Questão VII

Projetos desportivos totalmente parados pelas imposições do governo e Direção Geral de Saúde.

3.8.2 IRIS

Questão I

A Iris destina-se a pessoas cegas e com baixa visão. Promove a prática de *Goalball*²⁶, aberta a toda a população.

Questão II

A instituição trabalha no sentido de mudar a perceção das pessoas acerca da pessoa cega. Com projetos e eventos abertos a todos, tentam promover a inclusão social destas pessoas.

Questão III

Há verbas e são suficientes, porém admite-se que necessitam mais técnicos especializados. É dado o exemplo da prática do *Goalball*, que requer o apoio de um elevado número de pessoas a prestar auxílio. Tendo em conta as necessidades, as instalações são de topo, bem como o restante equipamento. A prática de atividades desportivas é difícil, muitas vezes aumentada por incapacidades adicionais por parte dos participantes (problemas auditivos, limitações físicas, entre outras).

Questão IV

Reconhece-se que deveria haver mais eventos. Da parte da associação, há ações de sensibilização suficientes. Há um campeonato nacional de *Goalball*, porém não há verbas,

²⁶ O Goalball foi criado em 1946 pelo austríaco Hanz Lorezen e o alemão Sepp Reindle, que tinham como objetivo reabilitar os veteranos da Segunda Guerra Mundial que tinham perdido a visão. Ao contrário de outras modalidades Paralímpicas, o Goalball foi criado e desenvolvido exclusivamente para pessoas com deficiência visual. O objetivo de cada equipa é marcar golos na baliza do adversário, que tem a dimensão de toda a linha de fundo do campo (baliza com 9m de comprimento por 1,30m de altura). É um desporto baseado nas perceções tátil e auditiva, por isso não pode haver ruído no recinto durante a partida (fonte: <https://fpdd.org/modalidades-goalball/>).

nem praticantes suficientes. Não há, por essas razões, uma equipa que treine regularmente para competir.

Questão V

Cooperam com várias associações e instituições. É apoiada pela CMVC e IPDJ e coopera com a ANDDVIS, CAR Surf de Viana, Clube de Remo, GAF, entre outras. É admitido que a cooperação entre organizações e instituições é vital para o funcionamento da Iris.

Questão VI

Reconhece-se que há uma cultura centrada no futebol. Que as políticas desportivas locais têm de ser direcionadas da mesma forma a todos os desportos. A CMVC faz um bom trabalho, que pode ser melhorado.

Questão VII

Todas as atividades desportivas foram canceladas por imposição do governo. A prática de *Goalball* necessita de bastante staff de apoio, o que resulta em demasiado contato entre pessoas. Para prevenir a disseminação da Covid-19 as atividades foram canceladas. Atividades essas realizadas em pavilhões, cujas reaberturas eram incertas.

3.8.3 Clube de Vela de Viana do Castelo

Questão I

O clube desenvolve as atividades desportivas sem separação de grupos. Já desenvolveram programas específicos com autistas. Há praticantes com deficiências motoras que praticam as atividades em conjunto, através do uso de equipamento adaptado.

Questão II

O clube possui instalações, equipamento e staff de topo a nível nacional e além-fronteiras, porém é nas características geográficas da cidade que estão as mais-valias da organização. São organizados regularmente competições nacionais e internacionais. A autonomia e prática da modalidade entre todos, sem distinções, acaba por promover a inclusão dos praticantes. Sentem-se melhorias no dia-a-dia de todos os praticantes, sejam eles de grupos excluídos ou não.

Questão III

O clube de vela é autossuficiente. Admite-se que as verbas nunca são suficientes. Como referido na resposta anterior, há instalações e equipamento de topo e staff especializado. O único pessoal pago são os treinadores, todos os outros são voluntários. Admite-se ainda que há falta de praticantes, que deve ser feito um melhor trabalho na captação de crianças e jovens, especialmente direcionados para a competição.

Questão IV

No passado, o clube organizou campeonatos de vela adaptada. Admite-se que há eventos, ações de sensibilização e competições suficientes. Tem de ser melhorado o trabalho na captação de crianças e jovens e daí poder-se-á chegar aos grupos mais excluídos.

Questão V

A CMVC tem um papel muito importante no desenvolvimento das atividades, apoios e promoção do clube na cidade. O Clube de Vela coopera ainda com outras instituições da cidade, como a APPACDM, a AMA. Há ainda parceria com o IPDJ. Reconhece-se que a cooperação entre todos promove o desporto e a inclusão.

Questão VI

As políticas desportivas locais são bem dinamizadas. Salienta-se o bom trabalho da autarquia, que fez com que as atividades náuticas fossem introduzidas nas unidades curriculares da disciplina de educação física através do programa *Náutica nas Escolas*. Há aqui um alargamento da oferta desportiva no plano curricular dos jovens e, conseqüentemente, no restante município.

Questão VII

Todas as atividades foram canceladas. Com o aliviar das restrições os treinos e competições têm vindo a ser retomadas, ainda que de forma limitada. Em relação ao pós-pandemia, o clube tem o objetivo de organizar o campeonato nacional de vela adaptada.

3.8.4 Darque Kayak Clube – Centro de Canoagem

Questão I

O clube desenvolve atividades desportivas inclusivas com pessoas com NEE. Deficiência intelectual-cognitiva e também motora (pessoas com autismo, trissomia 21, deficiência intelectual moderada) e pessoas com incapacidade física, em vários graus. Através do programa *Náutica nas Escolas*, recebem alunos de várias escolas da cidade, nas quais há crianças e jovens de risco, bem como crianças de etnia cigana. Uma minoria presente nas imediações das instalações do clube. Jovens de etnia cigana do sexo masculino vão conseguindo participar nas atividades, no entanto entre as jovens do sexo feminino a participação é nula (ligação a costumes da etnia).

Questão II

As mais-valias são as condições de excelência para a prática da modalidade. A funcionalidade de toda a estrutura, que é de topo, não só a nível nacional, como internacional. O clube tem cerca de 80 atletas federados, alguns com nível mundial e

olímpico. No ano de 2019, tiveram cerca de 3000 atletas, que de forma mais ou menos consistente, praticaram a modalidade. Este número engloba os atletas federados, praticantes de lazer ou não competitivo, alunos das escolas pertencentes ao programa *Náutica nas Escolas*. Outra das mais-valias é a preservação e sustentabilidade ambiental, onde são promovidas atividades de limpeza nas áreas. São promovidas também ações de solidariedade: dádivas de sangue, recolha de brinquedos para associações, entre outras. Os grupos excluídos são uma das prioridades do clube a longo prazo.

Questão III

Não há verbas suficientes. No que toca a apoios a grupos excluídos, as verbas são praticamente inexistentes. Há apoios comunitários que vão sendo distribuídos conforme as necessidades. Faltam técnicos especializados. Algum do staff técnico do clube é voluntário e desenvolve as suas atividades sem qualquer rendimento. Há falta de equipamento tendo em conta o elevado número de praticantes, porém o que possuem é do melhor que existe (várias marcas/fabricantes portugueses). Apesar de não haver um grupo específico a quem se pretenda chegar, reconhece-se que o clube tem condições para aumentar os praticantes, podendo aumentar por consequência o número de pessoas pertencentes a minorias e grupos excluídos.

Questão IV

Não há eventos suficientes. As ações de sensibilização são poucas. Como a capacidade financeira se esgota torna-se difícil desenvolver atividades. No que toca a competições, há uma série de burocracias a nível legal em relação às pessoas com NEE.

Questão V

Constante trabalho com várias IPSS, Federação de Canoagem, escolas, CMVC e IPDJ. IPDJ entre as que mais cooperam, seguido da APPACDM.

Questão VI

O clube é apoiado pelo município, porém o apoio financeiro não é suficiente. Há demasiada burocracia no que toca à possibilidade deste se autofinanciar. Há ainda entraves políticos ligados a “ciclos eleitorais” que criam divergências e prejudicam as práticas desportivas inclusivas. Necessitam ser criados mais programas e mais apoios para o desporto inclusivo.

Questão VII

A prática da modalidade continuou adaptando-se à pandemia. Exceto alguns períodos em que o governo aumentou as restrições, os treinos não pararam. O clube investiu em material e durante o confinamento foram dinamizados uma série de treinos à distância,

através de videochamada. Como consequência da pandemia, o número de técnicos diminuiu, os apoios diminuíram, criando uma série de adversidades às práticas desportivas. A nível dos projetos inclusivos isso é ainda mais visível.

3.8.5 Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço

Questão I

O público-alvo é a população sénior, bem como crianças e jovens. Este segundo grupo está inserido em projetos desenvolvidos com escolas do ensino básico e secundário que abrangem todos no geral, não havendo especial foco em grupos excluídos. Nos programas aparecem por vezes migrantes, gerando-se aqui uma mais fácil integração na sociedade.

Questão II

Os programas têm o objetivo de promover um estilo de vida ativo e de hábitos saudáveis, principalmente na população idosa. Os programas apelam a uma participação na sociedade, combatendo-se assim o isolamento social.

Questão III

As verbas não são suficientes. As que possuem são de projetos e fundos comunitários, mas são necessários mais apoios. Há necessidade em formar mais e melhor staff que se adeque às necessidades. As instalações e equipamentos não são um problema. Para conseguirem chegar a grupos em exclusão social, reconhece-se que deve ser feito um melhor trabalho a nível de sensibilização. A mentalidade desses grupos é por vezes uma barreira. A nível de praticantes há boa adesão, números que têm vindo a crescer. Muitas vezes são amigos a chamar amigos para a participação nos programas desportivos, aumentando aqui a rede.

Questão IV

A divulgação de programas desportivos inclusivos não é apropriada. É preciso mais ações de formação, mais envolvimento das partes em todo o processo. Os municípios têm de promover mais as práticas desportivas inclusivas.

Questão V

A ESDL desenvolve atividades com a CMVC, algumas IPPS e outras associações. A que tem mais impacto no trabalho realizado é a CMVC. Querem, no futuro, trabalhar com outras câmaras municipais, desenvolver um trabalho mais solidificado com o IPDJ e estabelecer relações com entidades transfronteiriças da região do Minho.

Questão VI

As políticas desportivas locais não são as mais adequadas. Terá de ser mudado o envolvimento que a população tem nas atividades. Estimular a sua participação, através da criação de quadros específicos para estes grupos também específicos. Tem de ser criada uma dinâmica contínua, ao longo do tempo. Para haver resultados tem de haver uma continuidade, não podem ser apenas iniciativas pontuais.

Questão VII

Os projetos foram adaptados às restrições. Estímulo à prática individual com o uso das novas tecnologias, videochamadas e também chamadas telefónicas. A atividade tem vindo a ser retomada, estando os projetos num período transitório.

3.8.6 Viana Remadores do Lima – Centro de Remo

Questão I

Não há um grupo-alvo em particular, mas a prevalência de grupos tendencialmente excluídos é a população sénior e pessoas com NEE.

Questão II

As mais-valias são várias: instalações e condições de topo (indoor e outdoor). Na eventualidade das condições meteorológicas não serem favoráveis à prática da modalidade, há equipamento indoor para continuar o trabalho, adaptado ou não. O staff possui *know-how* que se adapta aos diferentes grupos, facilitando a sua inclusão.

Questão III

As verbas nunca são suficientes. O material para o remo adaptado é caro. Os recursos humanos especializados requerem custos elevados. Há, no entanto, staff adequado. As instalações e equipamento são de topo, tanto a nível nacional como internacional, havendo apenas a apontar algumas dificuldades no acesso à água, algo mais visível em praticantes com mobilidade reduzida. O desporto tem ainda pouca visibilidade, se comparado com desportos mais mediáticos, sendo por vezes difícil chegar a certos grupos. Dentro destas condicionantes, há falta de praticantes.

Questão IV

Há poucos eventos, poucas ações de sensibilização e as competições são de pouca expressão. Tem de haver um maior investimento neste sentido.

Questão V

A CMVC e as escolas, através do *Náutica nas Escolas*, e IPSS estão entre as que mais cooperam, sendo a primeira a que tem mais impacto no trabalho realizado. A organização

está disponível para todo o tipo de projetos e parcerias que promovam o desporto inclusivo, não havendo uma em específico com quem queiram cooperar.

Questão VI

As políticas desportivas locais têm dado resultados, nomeadamente na promoção do desporto em geral. Há cada vez mais pessoas a praticar cada vez mais modalidades. Há também um incentivo da autarquia à atividade física de todos. Viana do Castelo é uma cidade bastante ativa e os Centros de Mar ajudaram nesse sentido.

Questão VII

A pandemia obrigou a uma série de eventos cancelados, outros adiados para o próximo ano. Como as atividades são, na sua maioria, ao ar livre, começaram antes de outras. No pico do confinamento fizeram treinos online. Perderam-se alguns atletas, por isso vai ser feita uma aposta na vertente de lazer da modalidade, ou seja, que não se destina somente à competição.

3.8.7 Surf Clube de Viana

Questão I

Não há um grupo específico como alvo. A organização desenvolve atividades com vários grupos: NEE, jovens e crianças de risco (insucesso escolar), idosos, raparigas e mulheres. Há um compromisso com a igualdade.

Questão II

O surf e a sua popularidade em todo o mundo fazem com que a escola ganhe visibilidade. Há ainda condições de excelência para a prática da modalidade. É uma associação gratuita para as entidades que queiram desenvolver parcerias. A associação tem uma função social, a de que as pessoas pratiquem surf.

Questão III

Há verbas, mas que envolvem candidaturas a programas, como por exemplo o já referido *Desporto para Todos* do IPDJ. Há staff adequado, porém no caso das NEE não há terapeutas especializados, apenas treinadores de surf que se adaptam às necessidades. Como acima mencionado, as instalações e equipamentos são de excelência, porém no caso das NEE é preciso um equipamento ajustado para cada pessoa e isso torna-se impraticável. Os custos são muito elevados. O acesso à praia não é o melhor para as pessoas com NEE. Querem chegar às pessoas refugiadas, porém o contato com esses grupos é difícil de estabelecer. Não há falta de praticantes, pelo contrário, onde só o número total de crianças é de cerca de 800.

Questão IV

A divulgação não é suficiente. Não há eventos, ações de sensibilização ou competições suficientes.

Questão V

A organização coopera com um leque variado de organizações: CMVC, APPACDM, ACAPO, IRIS e escolas. A que tem mais impacto no seu trabalho inclusivo é a APPACDM, principalmente devido à proximidade das instalações. Não há uma organização específica com quem queiram desenvolver projetos.

Questão VI

Há um esforço local para promover as modalidades com potencial na cidade, nomeadamente no aproveitamento nos recursos naturais existentes. Há ainda uma cultura desportiva crescente da população. Tudo devido às boas políticas públicas desportivas desenvolvidas. A nível de mudanças, deveria haver uma maior aposta na cidade como destino de turismo desportivo. Isso iria ajudar a que praticantes se transformassem em atletas.

Questão VII

O CAR esteve fechado, como praticamente toda a sociedade. Para os praticantes se manterem no clube, houve uma aposta nos treinos online diários. Isso refletiu-se na permanência de praticamente todos os praticantes. Com a pandemia houve um aumento da procura da modalidade, por ser uma alternativa aos espaços fechados. No entanto, as restrições limitam o número de pessoas por aula, gerando maiores encargos a nível de treinadores.

3.8.8 APPACDM

Questão I

O grupos-alvo são as pessoas com NEE. Têm utentes dos 15 aos 56 anos.

Questão II

A principal mais-valia é a resposta social para a pessoa com deficiência. A instituição trabalha para que tudo o que existe na sociedade, esteja igualmente disponível para a pessoa com deficiência. A instituição ajuda a capacitar os clubes a dar resposta às pessoas com NEE.

Questão III

Não há verbas. Há programas a que se candidatam, como o *Desporto para Todos*, mas nem sempre são atribuídas verbas. Há staff especializado, porém os cursos são caros. As

instalações são adequadas e há bons equipamentos, adquiridos através de parcerias com a CMVC. Há pessoas a quem não conseguem chegar, pois a associação não tem conhecimento de todas as pessoas com NEE que existem na cidade. Há falta de praticantes, pois muitas vezes as famílias não têm capacidade financeira, havendo nesse sentido um esforço da associação.

Questão IV

Há poucos eventos, poucas ações de sensibilização e competições. A versão adaptada/inclusiva dos eventos nem sempre existe.

Questão V

A instituição desenvolve parcerias com praticamente todas as escolas do concelho de Viana, com a CMVC, IPDJ, outras associações e clubes espalhados por toda a cidade. A CMVC é a que tem mais impacto no trabalho, a todos os níveis.

Questão VI

A autarquia ajuda a desenvolver bastantes programas e eventos desportivos na cidade. Há boa comunicação entre a CMVC, os clubes, escolas e instituições na cidade. Deveria ser feito mais nas políticas desportivas voltadas para os grupos mais excluídos.

Questão VII

Grande parte das atividades foram suspensas por imposição do governo, na medida em que pavilhões e outras instalações fecharam. A APPACDM substituiu algumas das atividades desportivas por caminhadas ao ar livre, para que os utentes praticassem atividade física regular. Espera-se que com o alívio das medidas haja uma retoma das atividades, possibilitando o empoderamento dos utentes.

PARTE IV

4.1 Conclusões

Ao longo deste estudo, foi refletido sobre o desporto e inclusão social. Percebe-se a importância do desporto na nossa sociedade e como pode ser um veículo de inclusão social. Vários dos autores referenciados defendem que para haver inclusão no desporto, o seu acesso deve ser igual para todos.

Como foi observado na literatura consultada, desporto e inclusão social estão interligados, assim como a outros conceitos. O capital social e o *empowerment* são dois deles. O desporto parece ter a capacidade de proporcionar uma série de benefícios sociais aos praticantes, empoderando-os e, deste modo, grupos à partida excluídos podem ser mais facilmente integrados na restante sociedade.

Durante a investigação, foram também levantadas questões acerca do papel das organizações e instituições desportivas como meio de inclusão social no desporto, bem como a importância das políticas públicas desportivas. Depois de uma vasta revisão bibliográfica nesta matéria, percebeu-se o impacto dos conceitos neste processo. Parece ser necessário a criação de programas mais estruturados e contínuos. Um trabalho conjunto com organizações e instituições desportivas, apoiadas em políticas públicas desportivas mais solidificadas poderá ajudar a reforçar o papel do desporto como meio de inclusão social.

O estágio no IPDJ proporcionou um contato direto com diversas organizações com as quais a instituição coopera. Foram selecionadas oito no total. Depois de contactadas ficou a perceber-se que o desporto enfrenta, no geral, uma série de dificuldades. Isto é ainda mais visível no desporto que visa chegar a grupos em exclusão social.

A juntar-se a todas estas condicionantes, surgiu a pandemia da Covid-19. Ainda é cedo para verificar todo o seu impacto, porém, até à data, o desporto foi uma das áreas mais afetadas.

O presente estágio foi essencial no que diz respeito a conhecimento técnico, trabalho efetuado, contatos, raio de ação. Possibilitou, como referido, o contato com dirigentes de associações, que puderam dar o seu testemunho na temática da investigação. Essa informação recolhida pode ser de grande importância.

Segue-se a análise, interpretação e as principais conclusões alcançadas com as respostas obtidas junto das organizações e instituições selecionadas.

4.1.1 Grupos-alvo

Há um vasto número de iniciativas e projetos desportivos inclusivos com pessoas com NEE. É referido por várias organizações a questão da igualdade de géneros, tema que, nos últimos anos, tem gerado muita controvérsia na sociedade. Observaram-se vários projetos que pretendem desenvolver a prática desportiva das populações idosas e a sua participação na sociedade, ao mesmo tempo que é promovida a saúde e o combate ao isolamento social.

Isto demonstra que há grupos com os quais pouco ou nada é desenvolvido: crianças e jovens de risco, migrantes e refugiados, minorias étnicas. A deteção destes grupos e a criação e implementação de programas específicos, a longo prazo, poderá ajudar a diminuir as assimetrias sociais na cidade.

4.1.2 Cooperação entre Organizações e Instituições

A cooperação entre organizações é vital para o desenvolvimento das atividades e promoção do desporto e da inclusão através do desporto. Sem esta cooperação os projetos correm o risco de não serem bem-sucedidos. A CMVC e o IPDJ são referidos por várias organizações como de extrema importância no que a verbas, apoio técnico, iniciativas e a programas diz respeito. É valorizado o trabalho em rede existente na cidade. Há ainda bastante trabalho a poder ser desenvolvido neste sentido. A cidade tem outros clubes, associações desportivas, federações, escolas, com as quais o trabalho desenvolvido é ainda de pequena expressão ou inexistente. Criar meios para que mais agentes desportivos cooperem pode ser determinante para o bem-estar e sucesso desportivo na cidade. É necessário fortalecer o trabalho em rede, para que se possa chegar aos grupos-alvo referidos no parágrafo anterior, ponto 4.1.1.

4.1.3 Políticas Públicas Desportivas

Como referido no subcapítulo 1.9, as políticas públicas desportivas são fundamentais para regular o desporto e as atividades desenvolvidas através dele. Não basta haver condições e equipamento de topo. Devem ser criadas políticas orientadas, contínuas, para se obter resultados a longo prazo, que utilizem os recursos da melhor maneira possível, que criem uma dinâmica de continuidade e seja estimulada a participação de todos. Isto gera

inclusão. Devem ser criadas políticas públicas desportivas apropriadas e programas de ação específicos para os públicos-alvo a que se pretende chegar. Alguns dos entrevistados referem verbas mal direcionadas, dando o exemplo do futebol como desporto de referência que obtém a maior parte das verbas e apoios. Espera-se a divisão dos recursos de igual forma entre todas as modalidades.

4.1.4 Desporto Escolar

O desporto escolar pode ser determinante na formação de jovens atletas. O programa *Náutica nas Escolas* veio abrir as portas a novas modalidades e pode ajudar a trazer muitas mais. As escolas podem ser determinantes em detetar grupos excluídos. Se trabalho for desenvolvido neste sentido, maior alcance irá haver na promoção da inclusão social através do desporto.

4.1.5 Falta de Investigação em Desporto e Inclusão Social

A falta de investigação e dados científicos foi sendo mencionada ao longo do estudo por diversos autores. As organizações e instituições desportivas devem unir esforços nesse sentido. Deve apostar-se no papel da comunidade científica em identificar problemáticas e tentar arranjar soluções para as mesmas. Aumentar a cooperação com instituições do ensino superior, assim como criar mais bolsas de investigação na área pode ajudar a resolver este problema.

4.1.6 Mais-valias dos Projetos

É mencionada por diversas organizações a qualidade das instalações e equipamentos das organizações, bem como o aproveitamento dos recursos naturais da cidade de Viana do Castelo. As instalações e equipamentos de topo têm proporcionado o desenvolvimento de atletas de nível internacional, com títulos em variadas modalidades. O programa *Náutica nas Escolas* veio aumentar a oferta desportiva na cidade, tem criado hábitos desportivos e despertado o interesse em modalidades ligadas ao mar. O aproveitamento desses pontos fortes tem feito aumentar a prática desportiva na cidade.

4.1.7 Staff

As opiniões dividem-se no que diz respeito a técnicos especializados. Há bastante staff capacitado, porém há trabalho a fazer neste sentido. Apostar na qualificação e formar cada vez mais e melhor é essencial. Muitas vezes o staff é voluntário, estando os projetos desportivos em segundo plano. Isto fragiliza a ação e resultados, não é o principal foco destes técnicos. Mais apoios, mais incentivos, mais recursos à disposição podem ser a solução para este problema.

4.1.8 Principais Obstáculos

As verbas são um dos principais, senão o principal entrave evidenciado pelas organizações e instituições. Os apoios parecem não ser suficientes para satisfazer as necessidades. A falta de verbas limita o raio de ação. Mais verbas para a criação de programas e projetos, com cada vez mais alcance, poderá ajudar a chegar a mais pessoas e a reduzir as assimetrias sociais em análise neste estudo.

4.1.9 Divulgação de Programas e Projetos

As opiniões dividem-se em relação à divulgação de programas e projetos desportivos inclusivos, porém é consensual que mais e melhor pode ser feito. Tem de haver divulgação mais apropriada, para educar públicos e aumentar a adesão da comunidade. Uma vez mais, não basta haver meios, recursos ou iniciativas. É preciso fazer com que as pessoas participem. A criação de eventos e competições (depois de solidificadas as práticas das modalidades), bem como ações de sensibilização são essenciais.

4.1.10 A Pandemia Covid-19

A pandemia da Covid-19 causou enormes transtornos no desenvolvimento das atividades desportivas. Muito devido às duras restrições impostas pelo governo, algo observado em praticamente todo o mundo. O setor do desporto foi um dos mais afetados pela pandemia. A atividade física foi limitada. Inicialmente era aconselhada a prática individual. Desportos coletivos cessaram quase por completo. As instalações onde são desenvolvidas

as atividades desportivas inclusivas fecharam por longos períodos e a reabertura foi feita lentamente, segundo as orientações do governo.

A pandemia fez desenvolver treinos à distância através do uso das novas tecnologias (uso da videochamada por exemplo). Esta adaptação muda os hábitos desportivos. Tem de se perceber o impacto nos praticantes e atletas. Outra questão importante, é como se adaptaram os grupos excluídos a estas alterações. É necessário perceber se há recursos à disposição de todos (ligação à internet, computadores; se têm conhecimento técnico para utilizá-los; se podem ou têm alguém que os ajude neste sentido, no caso de pessoas com NEE ou idosos). A pandemia veio evidenciar fragilidades sociais. É necessário perceber o impacto nos grupos mais excluídos.

A pandemia fez também com que houvesse um certo receio da prática desportiva em espaços fechados. O desporto ao ar livre teve uma grande adesão da generalidade da população e a procura de equipamentos aumentou. Bicicletas e equipamento de surf por exemplo, tiveram quebras de stock tal foi a procura. Computadores e outros equipamentos eletrónicos para os treinos à distância tiveram um aumento da procura, algo que também se observou com as aulas à distância, medida do governo para o ensino.

4.2 Recomendações Futuras

O presente estudo usou a entrevista semiestruturada na recolha de informação junto de responsáveis de organizações e instituições ligadas ao desporto. Como foi observado, este tipo de entrevista é indicado quando se pretende obter informação detalhada, por vezes difícil de recolher. Todas as organizações e instituições abrangidas desenvolvem, como mencionado, programas onde é promovida a inclusão social de grupos excluídos. Foram realizadas um total de oito entrevistas a dirigentes das mesmas, um número pouco significativo tendo em conta a quantidade de organizações desportivas existentes. Quanto mais organizações forem contactadas e mais responsáveis forem entrevistados, maior poderá ser a possibilidade de se levantarem problemas e, a partir desse levantamento, serem pensadas soluções para as fragilidades que o setor do desporto enfrenta. Essas fragilidades no desporto foram evidenciadas ao longo deste estudo, algo ainda mais visível em projetos onde se tenta promover a inclusão social dos grupos mais desfavorecidos.

As opções poderão ser várias. Uma delas pode ser tentar mapear e contactar organizações e instituições ligadas ao desporto e perceber se desenvolvem projetos desportivos inclusivos. Se sim, tentar observar quais os pontos fortes, assim como as maiores dificuldades que estas enfrentam no decorrer das suas atividades. Se não desenvolverem, tentar perceber porquê.

Fazer chegar às organizações e instituições informação acerca de apoios existentes, programas específicos, como o caso do *Desporto para Todos*, outros projetos de sucesso e como foram desenvolvidos poderá ajudar a fortalecer o panorama desportivo nacional e, conseqüentemente, programas e projetos desportivos que promovem a inclusão social.

Bibliografia

Aires, L. (2011). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional. Universidade Aberta. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/277178673_Paradigma_qualitativo_e_praticas_de_investigacao_educacional

Azevedo, A. (2014). Análise Institucional das Organizações Desportivas. A Intencionalidade Desportiva das Autarquias de Distrito de Viseu. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.19/2329>

Barata, T. (1997). Actividade Física e Medicina Moderna. Odivelas: Europress

Batista, E., Matos, L. & Nascimento, A. (2017). A Entrevista como Técnica de Investigação na Pesquisa Qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada

Bilhim, J. (2006). Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas. Ed. ISCSP

Bourdieu, P. (1980). Le Capital Social: Notes Provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol. 31

Bourdieu, P. (1985). The Forms of Capital. In J. G. Richardson (org.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education

Burt, R. (2000). The Network Structure of Social Capital. In: R. Sutton & B. Staw (Eds.), Research in Organizational Behaviour. Vol. 22. Greenwich: JAI Press

Cáceres, Fernando A. (2020). Sport in the Time of Pandemic, an Ibero-American Perspective. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Camacho, L. (2018). Financiamento Público ao Desporto. Estudo do impacto em Portugal Continental de 2005 a 2016. Universidade de Évora

Carta Europeia do Desporto. (1992). Conselho Europeu, 1992

Carvalho, D. (2008). Análise da Situação Desportiva do Conselho de Vouzela. Disponível em <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2307?mode=full>

Carvalho, M. (2003). Direito do Desporto no Município. Revista Desporto, 4

Comissão das Comunidades Europeias. (2003). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Relatório Conjunto Sobre a Inclusão Social

Comissão Europeia. (2003). Relatório Conjunto Sobre a Inclusão Social. União Europeia. Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)

Comissão Europeia. (2007). Livro Branco Sobre o Desporto. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

Comité Olímpico de Portugal. (2015). Valorizar e Afirmar Socialmente o Desporto – Um Desígnio Nacional. Disponível em http://formacao.comiteolimpicoportugal.pt/Publicacoes/Lists/COP_PFO_PP/Attachments/6/Valorizareafirmarsocialmenteodesporto.pdf

Constantino, J. (1990). Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias. Câmara Municipal de Oeiras

Constantino, J. (1999). Desporto, Política e Autarquias - Cultura Física. Livros Horizonte. Lisboa

Cornell Empowerment Group. (1989). Empowerment and Family Support. Networking Bulletin, 1 (2), 1-23

Couto, A. (2016). Equipamentos de Fitness nos Parques Urbanos de Lisboa: Uma Análise da Satisfação da Oferta Desportiva

Cunha, L. (1997). O Espaço e o Acesso ao Desporto: Estudo da Acessibilidade ao Desporto na Sub-região do Vale do Tejo. Faculdade de Motricidade Humana Técnica de Lisboa

Elias, N. & Dunning, E. (1986). *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Oxford: Blackwell

Ferreira, F. (2004). Síntese da História do Desporto 151-172. Povos e Culturas. Universidade Católica Portuguesa

Haudenhuyse, R. (2017). Introduction to the Issue “Sport for Social Inclusion: Questioning Policy, Practice and Research”. *Social Inclusion* (ISSN: 2183–2803) 2017, Volume 5, Issue 2, Pages 85–90 DOI: 10.17645/si.v5i2.1068

INE. (2021). Desporto em Números 2020. Instituto Nacional de Estatística

Januário, C. (2010). Políticas Públicas Desportivas: Estudo Centrado nos Municípios da Área Metropolitana do Porto. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Januário, C., Sarmiento, J. & Carvalho, M. (2010). Políticas Públicas Desportivas: Desporto para Todos vs Desporto de Elite. Faculdade de Desporto Universidade do Porto, Portugal. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 10(3):31-48. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/298801227_Políticas_publicas_desportivas_desporto_para_todos_vs_desporto_de_elite

Joaquim, B. (2009). Desporto e Autarquias Locais. Intervenção Política na Promoção de Desporto e Atividade Física no Concelho de Tondela. Universidade do Porto, Faculdade de Desporto

Levitas, R., Pantazis, C., Fahmy, E., Gordon, D., Lloyd-Reichling, E., & Patsios, D. (2007). *The Multi-dimensional Analysis of Social Exclusion*. Disponível em <https://repository.uel.ac.uk/download/469129f180d3060ed6707d32474ae3d29ac0b9635ca19758f989a09936a3a319/1819926/multidimensional.pdf>

Lima, A. (2011). As Boas Práticas de Inserção no e pelo Desporto – Estudo Sobre os Atletas Paralímpicos. Universidade Fernando Pessoa

Lima, J. & Marcolino, P. (2012). Manual Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED). Instituto Português de Desporto e Juventude, IP. Disponível em <http://www.pned.pt/media/1492/manualpned.pdf>

Liponski, W. (2005). L'Encyclopédie des Sports. Paris: Éditions Grund

Lopes, J. (2017). Gestão do Desporto. Manual de Curso de Treinadores de Desporto – Grau III. Instituto Português do Desporto e Juventude. Programa Nacional de Formação de Treinadores

Machado, C. (2012). A Comunicação Matemática em Crianças com Necessidades Educativas Especiais: Um Estudo Qualitativo com Recurso ao Programa Geogebra. Instituto Superior de Educação e Ciências. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/10745>

Mariovet, S. (1997). Dinâmicas Sociais nos Envolvimentos Desportivos. Sociologia – Problemas e Práticas

Marivoet, S. (2016). A Inclusão Social Através do Desporto: Novos Desafios na Intervenção Social

Montana, P. (2003). Administração. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003

Nascimento, M., Cavalcanti, C. & Ostermann, F. (2018). Revisitando o Conceito de Capital Social: Uma Aproximação das Definições de Pierre Bourdieu e James Coleman. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/330683279>

Nicholson, M. & Hoye, R. (2008). Sport and Social Capital: An Introduction. Part I: Concepts and Contexts

Organização Internacional do Trabalho. (2020). Portugal: Uma Análise Rápida do Impacto da COVID-19 na Economia e no Mercado de Trabalho. Disponível em https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_754606/lang--pt/index.htm

Pereirinha, J. (1992). Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua Medida. *Análise Social*, (102), 169-175

Perkins, D. & Zimmerman, Marc A. (1995). Empowerment Theory, Research, and Application. *American Journal of Community Psychology*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/14354763_Empowerment_theory_research_and_application

Pinheiro, F. (2011). Fazer História do Desporto: Paradigmas e Problemáticas. Imprensa da Universidade de Coimbra. Estudos do sec XX nº 11. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/36732>

Pinto, C. (2011). Representações e Práticas do Empowerment nos Trabalhadores Sociais. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa

Pires, G. (1993). Autarquias e Planeamento Democrático. *Revista Horizonte*, 10 (56)

Pociello, C. (1987). *Sports et Société Approche Socio-culturelle des Pratiques*. Paris: Éditions Vigot

Rappaport, J. (1987). Terms of Empowerment/Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15

REAPN. (2009). Pobreza e Exclusão Social: Um Guia para Professores. Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. Ministério do Trabalho e da Segurança Social

Rodrigues, E. Samagaio, F. Ferreira, H. Mendes, M. & Januário, S. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Rosado, A. & Pereira, L. (2015). Empoderamento e Inclusão em Desporto. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/286934992_Empoderamento_e_Inclusao

Sá, P., Costa, P. & Moreira, A. (2021). Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados (Vol. 2). Universidade de Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/30772>

Slack, T. (1997). *Understanding Sport Organizations: The Application of Organization Theory*. Champaign, IL: Human Kinetics

Sousa, A. (2012). *As Organizações Desportivas, Uma Investigação Social e Cultural Aplicada às Casas do Sport Lisboa e Benfica*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Zimmerman, M., Israel. B., Schultz, A. & Checkoway, B. (1992). Further Explorations in Empowerment Theory: An Empirical Analysis of Psychology Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 20

ANEXOS

Plano de Trabalho

<p>1ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">• conhecer a instituição, o seu funcionamento, o espaço, o enquadramento legal, a equipa, os recursos, as áreas de ação, toda a estrutura da organização• integração na instituição e pesquisa dos projetos em curso• escolha dos projetos a atuar, estudos a realizar, instituições a contactar
<p>2ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">• definição de objetivos• questão de investigação• avaliar recursos, definir métodos de recolha de informação• elaboração dos meios de recolha de informação• lista de tarefas
<p>3ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">• contato inicial com as instituições selecionadas• preparação e elaboração do guião de entrevista• aplicação das entrevistas e recolha de dados• análise dos dados
<p>4ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">• redigir a conclusão dos dados recolhidos e analisados• apresentar as conclusões

Guião da Entrevista

I – Com que grupos de pessoas desenvolvem atividades desportivas inclusivas?

- a) Grupo-alvo? (NEE, crianças e jovens de risco, idosos, migrantes, refugiados, minorias, raparigas e mulheres – igualdade de géneros, etc)

II – Quais são as mais-valias do(s) vosso(s) projeto(s) inclusivo(s)?

- a) Conseguem promover a inclusão social desses grupos?

III – Quais são os principais obstáculos que enfrentam no desenvolvimento dessas atividades?

- a) Há verbas? São suficientes?
- b) Há staff especializado que se adequa às necessidades?
- c) As instalações e equipamentos são suficientes e/ou adequados?
- d) Há pessoas ou grupos a quem não conseguem chegar?
- e) Há falta de praticantes?

IV – A divulgação dos programas desportivos inclusivos locais é apropriada?

- a) Há eventos suficientes?
- b) Ações de sensibilização?
- c) Competições?
- d) Outros

V – Com que organizações e/ou instituições cooperam e desenvolvem atividades desportivas inclusivas?

- a) Federações, escolas, clubes, câmara municipal, IPSS? Outros?
- b) Qual é a que tem mais impacto no vosso trabalho?
- c) Há alguma com quem queiram desenvolver projetos e/ou parcerias?

VI – Qual a perceção que têm de políticas públicas desportivas a nível local?

- a) São adequadas?
- b) O que necessita mudar na vossa opinião?

VII – Como se têm desenvolvido as atividades em tempos de pandemia?

- a) Projetos terminados? Em standby? Alterações?
- b) Planos pós-pandemia?



Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Universidade de Aveiro

Declaração

Na qualidade de orientador, declaro que Rui Miguel Pires Martinho (nº 47713) é estudante do Mestrado em Ciência Política da Universidade de Aveiro e que no âmbito da sua dissertação de mestrado, sob a temática do Desporto e Inclusão Social, tem de usar a entrevista como método de recolha de dados na sua investigação.

Aveiro, 25 de maio de 2021

Orientador



Logotipos



Figura 3 - Logotipo Vertical



Figura 4 - Logotipo Horizontal